



**CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA**

**ALUNO: GLEISON FERNANDO LIMA CORDEIRO**

**CURSO: HISTÓRIA**

**DISCIPLINA: MONOGRAFIA II**

**ORIENTADOR: LUIZ CLÁUDIO MACHADO DOS SANTOS**

## **O processo de desapropriação da Vila Amaury (1959-1960)**

A monografia apresentada ao curso de História tem como requisito a avaliação final para a conclusão do curso, a mesma teve a orientação de (Prof. Dr. Luiz Cláudio Machado dos Santos e Santos e Co-Orientadora: Professora, Doutora Regina Coelly F. Saraiva).

Brasília, junho 2009

## **Dedicatória**

Dedico este trabalho em memória de minha querida mãe, pois como sei, seu maior sonho era me ver-me com o diploma de graduação. Ainda quero dedicar, o trabalho, em especial a minha segunda mãe, Francisca mais conhecida como Tiá, pois sem sua ajuda eu não poderia ter realizado um sonho duplo, ainda dedico a (monografia) minha irmã Glenda, minha avó, minhas tias, meu pai, meu priminho Mathues a todo a minha família, a minha Co-orientadora Regina Coelly e a todos que me ajudaram nessa longa viagem.

## **Agradecimento**

Agradeço primeiramente a Deus e a minha Professora Doutora Regina Coelly pela ajuda na escolha do tema da monografia, ao meu orientador o Prof. Dr. Luiz Cláudio Machado dos Santos pela paciência e a minha família inteira por me apoiado nesse logo caminho.

**“Acima de todas as liberdades, dê-me a de saber, de me expressar, de debater com autonomia, de acordo com minha consciência”.**

**(John Milton)**

## Sumário

<b>Resumo</b> .....	06
<b>Introdução, Tema</b> .....	08
<b>Capítulo 1</b>	
Idéias Mudancistas.....	11
História da construção de Brasília e a formação dos acampamentos pioneiros.....	16
Paranoá.....	21
Vila Planalto.....	22
Núcleo Bandeirante/Metropolitana.....	23
Vila Amaury.....	23
<b>Capítulo 2</b>	
Entrevista com as moradoras da Vila Planalto.....	26
<b>Capítulo 3</b>	
Entrevista com as moradoras da Vila Amaury.....	41
<b>Resultados e considerações finais</b> .....	55
<b>Bibliografia</b> .....	57

## RESUMO

A pesquisa realizada pretende preencher uma lacuna da história de Brasília. Sua intenção é tornar público memórias de ex-moradores de um acampamento pioneiro que existiu na época da construção de Brasília: a Vila Amaury (1956-1959). A história deste acampamento foi marcada por lutas com o objetivo de fixação de moradias para os trabalhadores que vieram para construir a Nova Capital. A realização da pesquisa só foi possível, até o momento, a partir da sistematização da bibliografia existente sobre a história de Brasília e sistematização de dados obtidos sobre a Vila Amaury, especialmente relatos/entrevistas com ex-moradores da antiga Vila. A pesquisa revelou que na historiografia oficial sobre Brasília, a história da Vila Amaury não aparece, permitindo concluir que a história desse acampamento pioneiro não consta dos “anais da história” da cidade. O contato/relatos (ainda que preliminar) com antigos moradores da Vila Amaury tornou possível reconhecer aspectos que marcaram o cotidiano desses moradores: conflitos, esperanças e expectativas com as mudanças são aspectos trazidos em suas memórias da construção de Brasília. Reconhecer a importância dessas memórias permite que as experiências dos antigos moradores da Vila Amaury sejam valorizadas como parte da história e, ao mesmo tempo, permite que a história de Brasília seja revista, contribuindo para que “lacunas da história” da cidade sejam preenchidas.

**PALAVRAS-CHAVE** (Vila Amaury, Vila Planalto e Brasília)

## RÉSUMÉ

L'enquête vise à combler une lacune dans l'histoire de Brasilia. Son intention est de publier des mémoires d'anciens résidents d'un camp de pionniers qui existaient au moment de la construction de Brasilia: le Village Amaury (1956-1959). L'histoire de ce camp a été marquée par des luttes avec pour objectif de fixer des maisons pour les ouvriers qui sont venus pour construire la nouvelle capitale. L'achèvement de la recherche a seulement été possible jusqu'ici, fondée sur la systématisation de la documentation sur l'histoire de Brasilia et la systématisation des données sur le Village Amaury, en particulier les rapports / entretiens avec d'anciens habitants du vieux village. La recherche a révélé que l'histoire officielle de Brasilia, l'histoire de la Vila Amaury ne semble pas juste de conclure que l'histoire de ce camp pionnier n'est pas dans les annales de l'histoire de la ville. Contact / rapports (quoique provisoires) à d'anciens résidents du village Amaury est devenu possible

d'identifier les aspects qui ont marqué la vie quotidienne des habitants, les conflits, les espoirs et les attentes d'effectuer des changements sont introduits dans leurs souvenirs de la construction de Brasilia. Reconnaître l'importance de ces mémoires permet l'expérience des anciens résidents du village Amaury être évalués dans le cadre de l'histoire et dans le même temps, il permet à l'histoire de Brasilia a été révisé, s'assurant ainsi que «des lacunes dans l'histoire" de la ville sont remplies.

Mots-clés (Amaury Vila, Vila Planalto à Brasilia)

## INTRODUÇÃO

### TEMA

Na primeira Constituição republicana já constava um dispositivo que previa a mudança da Capital Federal do Rio de Janeiro para o interior do Brasil. No ano de 1891, foi nomeada a Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil, liderada pelo astrônomo Luiz Cruls e integrada por médicos, geólogos e botânicos que fizeram um levantamento sobre a topografia, o clima, a geologia, a flora, a fauna e os recursos materiais da porção central do Planalto Central. A área estudada pela Comissão Cruls, como ficou conhecida, foi identificada como Quadrilátero Cruls.

Em 1922, uma nova comissão do Governo Federal estabeleceu a localização da Nova Capital no cerrado goiano, mas o projeto ficou engavetado. Apenas em 1955, durante um comício, o então candidato à presidência da República, Juscelino Kubitschek, afirmou que iria transferir definitivamente a Capital. Eleito, JK estabeleceu a construção de Brasília como meta-síntese de seu governo.

No dia 02 de outubro de 1956, o presidente JK assinou o primeiro ato no local da futura Capital e consagrou para a história a seguintes palavras: “Deste planalto central, desta solidão que em breve se transformará em cérebro das altas decisões nacionais, lanço os olhos sobre o amanhã do meu país e antevejo esta alvorada com fé inquebrantável e uma confiança sem limites no seu grande destino.”

O projeto da construção de Brasília marcou uma nova fase da história do Brasil. A Nova Capital incorporou a função de demarcar o caminho para a modernidade que o País deveria assumir, consagrando desse modo o projeto nacional-desenvolvimentista inaugurado por Juscelino Kubitschek.

A corrida para a construção, no final da década de 50, atraiu milhares de brasileiros, especialmente do Nordeste, Minas Gerais e Goiás, em busca da promessa de uma vida melhor. Esses grupos foram reconhecidos como “candangos”; eram os operários da construção de Brasília.

Na dinâmica de implantação da cidade, foram surgindo muitos lugares que serviram para dar o apoio necessário para a construção da Nova Capital. Formou-se a “Cidade Livre”, atual Núcleo Bandeirante, que recebeu esse nome porque eram dados incentivos fiscais à particulares que pretendiam dar o suporte necessário à edificação da cidade. Além da



“Cidade Livre”, foram se constituindo outros lugares que também serviram de apoio para a construção, originando mais tarde os acampamentos pioneiros, que resultaram em lugares hoje conhecidos como a Vila Planalto, Vila Amaury, Acampamento da Telebrasília, Candangolândia, entre outros.

Entre os acampamentos pioneiros muitos se fixaram e outros desapareceram devido à previsão de obras e edificações para esses lugares. Esse foi o caso da Vila Amaury (1956-1959). Situada entre o Iate Clube e o Clube Motonáutica, a Vila Amaury foi ocupada pelas águas do Lago Paranoá, tendo sido seus moradores transferidos para locais, como a Vila Planalto e para as cidades-satélites em formação, na época, como Sobradinho, Gama e outras. Holston observa que “para assegurar que o novo povoamento seria temporário, como os outros que havia autorizado para os pioneiros, a Novacap localizou-o em uma terra baixa, que seria inundada com a construção de um lago artificial, o Paranoá”<sup>1</sup>.

Ainda que reconhecida pelo “caráter provisório” de sua existência, assim como tantos outros lugares que desapareceram durante o processo da implantação da Capital, a Vila Amaury é parte história de Brasília. Durante a construção da cidade, lugares como a Vila Amaury foram se multiplicando e concentrando em si a presença de pessoas, cujas experiências representam parte da história da cidade. A construção de Brasília incorporou fortes símbolos dessa dinâmica, traduzindo relações sociais e políticas que se estabeleciam entre diferentes agentes sociais que concretizaram a implantação da Nova Capital do país.

O primeiro capítulo, aqui tratado, falará dos primórdios e os projetos de transferência da capital em seguida alguns aspectos da construção de Brasília. O segundo capítulo foi construído em cima de uma entrevista concedida por D. Maria Porto, Dora Porto e Célia Porto. Nesta entrevistas foram abordados aspectos que faziam referência tanto a Vila Planalto quanto a Vila Amaury. No terceiro capítulo além da entrevista concedida por D. Maria Julia e D. Nilza foi adotado por fins acadêmicos um documento que fazia referência ao processo de desapropriação da Vila Amaury. Neste terceiro capítulo a história da Vila Amaury foi descrita por algumas moradoras e nele podemos ter uma noção do que foi a Vila Amaury e como foi feito a desapropriação do acampamento.

---

<sup>1</sup> HOLSTON, James. A cidade modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia. São Paulo: Cia Letras, 1993, p. 236.

# CAPÍTULO 1

**IDÉIAS MUDANCISTAS E HISTÓRIA DA CONSTRUÇÃO DE BRASÍLIA**

## IDÉIAS MUDANCISTAS

A história da construção de Brasília é um fato que chama muita a atenção, pois fazer surgir do meio do cerrado uma cidade moderna cheia de monumentos de mármore e uma arquitetura diferente, ousada, na qual a nação estaria sempre voltada com olhares atentos a qualquer tipo de decisão, foi uma tarefa árdua. No entanto, muito além do olhar idílico dos fundadores da nova Capital, sabe-se que na construção muitas vidas foram perdidas e os trabalhadores eram vistos com olhares de desconfiança e nunca quis aceitar que esses trabalhadores pudessem crescer junto com a cidade.

Ao contrário de muitos que imaginam que a interiorização da Capital Federal é uma idealização da década de 1950, proposta pelo então candidato à Presidência da República Juscelino Kubitschek, sabe-se hoje que a idéia de interiorização da capital do Brasil é uma idéia muito antiga que remonta ao período colonial.

Classicamente e também pela enorme quantidade de documentos comprobatórios, o privilégio da idéia de interiorização da Capital Federal do (Rio de Janeiro para o interior do país) cabe aos Inconfidentes Mineiros, que, em 1798, incluíram, em seu programa, a transferência da Capital do Rio de Janeiro para São João del-Rei<sup>2</sup>.

Do mesmo modo, Vasconcelos observa que “a primeira atitude realmente propugnadora da interiorização da capital do Brasil ocorreu por iniciativa dos Inconfidentes Mineiros, no final do século XVIII”.<sup>3</sup>

A transferência da Capital para São João del-Rei é confirmada por uma gama de documentos do período, que podem ser encontrados nos escritos redigidos pelos inconfidentes. Domingos Abreu Vieira relata “que a Capital se havia de mudar para São João del-Rei, por ser aquela vila mais bem situada e farta de mantimentos”.<sup>4</sup> O Padre Jose da Silva de Oliveira Rolim comenta “a praça se mudaria logo que se fizesse o levante para, São João del-Rei”<sup>5</sup> Outro personagem dessa idéia foi o Alferes Joaquim Jose da Silva Xavier, o Tiradentes. Tiradentes seria o principal responsável pelo projeto de mudar a Capital para São João del-Rei. Mas como é sabido, a vontade dos Inconfidentes em interiorizar a Capital não pôde se concretizar, pois o movimento tomou rumos que divergiam com os interesses da

---

<sup>2</sup> SILVA, Ernesto. *Historia de Brasília: um sonho, uma esperança, uma realidade*. 3ª ed. Brasília: Linha Gráfica Editora, 1997. P.20-21

<sup>3</sup> VASCONCELOS, Adirson. *A mudança da Capital*. 1ª ed. Brasília. Senado Federal 1978. P. 13

<sup>4</sup> VASCONCELOS, Adirson. op. Cit. p. 13

<sup>5</sup> VASCONCELOS, Adirson. op. Cit. p. 13

coroa brasileira. Os Inconfidentes foram sufocados, seus líderes ou foram mortos ou foram presos. Mas as idéias ficaram e futuramente voltariam à tona.

A idéia de criar uma Capital no interior do Brasil foi perpassando o tempo e não é difícil achar citações de homens que tinham influências políticas comentando essa futura mudança. Pode-se citar José Bonifácio de Andrade e Silva, que na qualidade de Vice-Presidente do Governo Provisório de São Paulo, redigiu as instruções dos Deputados à coroa de Lisboa. Essas instruções entraram para história com o nome de Lembranças e Apontamentos<sup>6</sup>, em trechos Bonifácio teria dito “criar uma cidade central no interior do Brasil para o assento da Corte ou da Regência (...) deste modo fica a corte ou Regência livre de qualquer assalto e surpresa externa”. Essa idéia foi venerada por muitos homens de carreira política durante o Império, como diz Otavio Tarquínio de Souza em sua “História dos Fundadores do Império do Brasil”.<sup>7</sup> José Bonifácio teria oficialmente anunciado que o nome da futura Capital seria então chamada de Brasília. Hoje é inegável que as idéias dele influenciaram na transferência da nova Capital.

Além de José Bonifácio, outro defensor da interiorização da Capital foi Francisco Adolfo Varnhagen. Varnhagen em 1839, manifestou sua vontade de transferência da Capital, chegou a sugerir a mesma cidade dos Inconfidentes, São João del-Rei, mas depois de algum tempo, Varnhagen, pôde perceber que levar a Capital para o Planalto Central seria mais viável do que no interior das Minas Gerais. Varnhagen demonstrou as desvantagens que o Rio de Janeiro apresentava como sede do poder devido sua localização. Segundo, ele, o Rio de Janeiro poderia ser facilmente atacado e, observa que em muitas das nações européias e americanas as Capitais estão centradas no interior dos países; em tese as capitais estariam mais bem protegidas e sem risco de invasão de esquadras inimigas.

Para Silva, “Brasília não foi apenas o ideal de centenas de brasileiros patriotas e capazes, nem somente a esperança de milhares de patrícios abandonados do interior: um Santo também a sonhou, um Santo também a concebeu”<sup>8</sup>. Hoje, atribui-se a Dom Bosco um sonho profético, no qual em espírito, o santo, viu e apontou o surgimento de uma civilização entre os paralelos 15 e 20, “uma enseada bastante extensa, que partia de um ponto onde se formava um lago”.

Saindo do período da história que compreende o Império e entrando na República brasileiro as discussões sobre a interiorização da Capital continuaram. Houve manifestações

---

<sup>6</sup> Vasconcelos. Op. Cit. 29

<sup>7</sup> SOUSA, Otavio Tarquínio. *História dos Fundadores do Império do Brasil*. Ed. José Olympio Editora.

<sup>8</sup> Silva. Op. Cit. P 35

do em defesa da mudança da Capital para regiões interiorana do país, isso pode ser verificada na Constituição Provisória da República de 1890. Pode-se atribuir como um ato de manifestação o fato do então Presidente da República, o Marechal Deodoro da Fonseca considerar a cidade do Rio de Janeiro como sede provisória do Governo. A quem diga que tal ato é uma manifestação do espírito republicano em defesa da criação de uma nova Capital.

Segundo Vasconcelos “Três atos do Marechal Deodoro marcaram e definiram bem a preocupação do Governo provisório Republicano quanto ao propósito de mudar a Capital”.<sup>9</sup> Na República, Deodoro ganhou fama de incentivador da interiorização da nova Capital. Segundo textos de época o Marechal se identificava com a região Centro-Oeste, pois já servira em campanhas na região e percebera que ali poderia desenvolver-se uma nova cidade, sem os grandes problemas do Rio de Janeiro tal como os problemas sanitários.

Depois de muita discussão e emendas em textos parlamentares, sobre o projeto de interiorização da Capital chegou-se a conclusão que seria efetuada a transferência da Capital Federal para a região interiorana do Brasil, ou seja, para o Planalto Central de República numa área de 400 léguas depois, 14,400 quilômetros quadrados, que será oportunamente demarcada, para nela estabelecer-se a futura Capital. Efetuada a mudança da Capital, o atual Distrito Federal, passará a constituir um Estado. A primeira Constituição República brasileira de 1891 faz alusão em ao projeto de interiorização de Capital, ou seja, está escrito que o Brasil teria uma nova sede política administrativa. Sendo assim o discurso dos congressistas para a mudança da Capital estava apoiado nesse Constituição, que era bem clara quanto a construção da Nova Capital.

O sonho de mudar a Capital Federal despertava interesse de muitos homens, um deles foi o Deputado piauiense Nogueira Paranaguá, que propôs a criação de uma comissão para dar comprimento ao imperativo constitucional. O então Presidente da República Floriano Peixoto fez cumprir a exigência do Deputado criando a Comissão Exploradora do Planalto Central ficou mais conhecida como a Missão Cruels. Entre os anos de 1892 e 1893 comissão exploradora do Planalto Central, chefiada pelo cientista de renome no Brasil e no exterior, Luiz Cruels, do Observatório Astronômico do Rio de Janeiro. Para a realização desta tarefa Cruels, reuniu sobre sua liderança um grupo de astrônomos, engenheiros, higienistas, geólogos, botânicos, naturalistas e médicos. Sua equipe era formada em sua maioria de ex-

---

<sup>9</sup> VASCONCELOS. Adirson. Op. Cit. p 107

discípulos da Escola Superior de Guerra ou de integrantes da equipe do Observatório Astronômico.

A primeira viagem de Luiz Cruls ao Planalto Central do Brasil durou treze meses, tendo início em junho de 1892 a julho de 1893. Após 33 dias de viagem e percorrido quase 503 km à cavalo, a Missão chegou em 1º de agosto de 1892, a Pirenópolis, planalto goiano. Na trajetória o grupo fez estudos astronômicos na região com bases nas alturas meridianas do sol e das estrelas. Com a missão de demarcação do quadrilátero, definido no texto constitucional, Cruls então divide a Comissão Exploradora em quatro com a mesma tarefa de fixar os vértices, ou seja, os cantos do retângulo. Cruls ainda determinou que cada grupo anotasse todas as observações, e ao fim do trabalho que fossem entregues a ele.

Depois de treze meses, a Comissão voltou ao Rio de Janeiro e os estudos feitos são entregues ao Ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas, o General Balbiano Sergio Macedo que ficou muito contente com os resultados alcançados da pesquisa. O Presidente Floriano Peixoto dá ciência com entusiasmo aos congressistas, da época ressaltando que os objetivos da pesquisa foram alcançados com sucesso. Face aos êxitos da Comissão, Cruls é nomeado para chefiar uma segunda missão ao Planalto Central. A nova Comissão tinha como objetivo demarcar dentro do Quadrilátero o sítio que oferecesse as melhores condições de habitação e a posição de construção da nova Capital, essa segunda expedição de 1894 retornou no fim do ano seguinte.

Segundo Vasconcelos, os resultados das observações da segunda Missão Cruls ao Planalto oferecem subsídios valiosos ao país sobre o local escolhido para a nova Capital brasileira, os estudos preliminares a Comissão Exploradora do Planalto foram confirmados, cientificamente, e com riquezas de retalhes, pela Comissão de estudos da Nova Capital. Cruls, Morize, Glazio e Campos Curado deixarão observações que são atuais até hoje, oferecendo, igualmente, algumas poções sobre quais os melhores sítios para localizar a nova Capital, entre os quais aquele que, finalmente, em 1960, serviu de berço a Brasília.<sup>10</sup>

O Presidente da República Floriano Peixoto, foi um dos grandes incentivadores para a mudança da Capital, mas seu substituto no poder, Prudente de Moraes não tinha a mesmo entusiasmo. O desinteresse de Prudente de Moraes pela interiorização da Capital pode ser interpretado por duas versões.

A primeira parte do pressuposto que ele teria algumas divergências com o Marechal Deodoro da Fonseca, enquanto este era Presidente da República. Em consequência Prudente,

---

<sup>10</sup> VASCONCELOS. Op. Cit. p 175

não era bem visto pelo o exército e muito menos pelos membros da Missão Cruls que eram quase todos em sua maioria oficiais de superiores ou professores, ou ex-alunos da Escola Superior de Guerra.

A segunda parte da idéia que sendo Prudente um representante dos interesses paulistas, não faria muito sentido mudar a Capital para o interior de Goiás, pois, o que menos interessava aos paulistas era criar um novo foco de desenvolvimento regional no interior.

A respeito da mudança da Capital, o clima no Congresso era de muita resistência. Sendo assim, alegando não ter verba suficiente para dar continuidade e dar manutenção a Missão Exploradora, Prudente de Moraes, anunciou em maio de 1897 a extinção da Comissão de Estudos da Nova Capital. Os estudos foram arquivados.

Somente em 1922, com a comemoração do primeiro centenário da Independência do Brasil, os congressistas Rodrigues Machado (maranhense) e Americano do Brazil (goiano) divulgam a idéia de se lançar à pedra fundamental na Nova Capital do Brasil, na região escolhida pela Missão Cruls. Dr. Balduino Ernesto de Almeida parte em companhia de um pequeno grupo e escolhe o local onde seria lançada a pedra fundamental da construção de Brasília. O Deputado Americano do Brazil propôs que construiria a nova Capital sozinho e a entregaria dez anos podendo ser inaugurada em 15 de novembro de 1936.

A idéia de interiorizar a Capital durante o governo de Getúlio Vargas ficou relegada. Assim, nos onze anos transcorridos entre a Constituição de 1934 até a deposição de Vargas, em 1945 nada de objetivo ocorreu em relação à interiorização da nova Capital.

Uma nova eleição foi promovida e Eurico Gaspar Dutra assumiu a Presidência da República e com ele uma comissão com poderes para redigir uma nova Carta Constitucional. A formulação da terceira Carta Magna republicana trouxe novamente à tona o ideal de interiorização da Capital do Brasil, voltou-se a pensar com mais vigor agora na construção da nova Capital.

Em 1951, Vargas volta a Presidência da República e dá continuidade aos estudos da escolha de um sítio favorável a construção da nova Capital. Mas, em agosto 1954, Vargas se suicida e em seu lugar assume Café Filho que dá continuidade ao mesmo ideal.

Depois da partida de uma Comissão de localização, foram feitos estudos a partir de fotoanálise e fotointerpretação obtidas pelos mesmos e foram demarcados cinco sítios: Castanho, Verde, Vermelho, Azul e Amarelo. O sítio Castanho foi o local escolhido e é hoje o Plano Piloto de Brasília.

## HISTÓRIA DA CONSTRUÇÃO DE BRASÍLIA

A história da construção de Brasília tem seu marco em 1955, ano da sucessão Presidencial, contudo, este mesmo ano foi marcado por intensos conflitos políticos que girava em torno do substituto de Café Filho, Presidente do Brasil. Durante a disputa Presidencial, o PSD, lançou o nome de Juscelino Kubitschek à Presidência da República. Na disputa para vice-presidente, que na época ocorria separado da corrida Presidencial, a chapa apresentou o nome do ex-ministro João Goulart.

A ala mais radical da UDN, que tinha sua representação na figura do Jornalista Carlos Lacerda que outrora foi um dos grandes opositores do governo de Getúlio Vargas, Passou a fazer uma forte oposição à chapa formada pelos partidos PSD/PTB, receosos que a candidatura de Juscelino Kubitschek pudesse ter êxito apresentaram como candidato do partido o General Juarez Távora por todo o seu passado glorioso. No entanto o maior medo dos membros da UDN seria a possível vitória de Juscelino, que concepção do partido representaria um retorno à política do governo de Vargas. Os partidários da UDN não se conformavam com a candidatura de Juscelino Kubitschek e Carlos Lacerda chegou a declarar, na época, que “esse homem [Juscelino Kubitschek] não poderia se candidatar, e se isso ocorresse não podia ser eleito, se for eleito não poderia tomar posse e se tomar posse não poderia governar”.

A UDN fez pressão para que Café Filho impedisse que a chapa vitoriosa pudesse tomar posse. No entanto por motivos maiores Café Filho foi afastado da política e na linha de sucessão estava o nome de Carlos Luz, presidente da Câmara dos Deputados, vale ressaltar que, Café Filho já era vice do Presidente falecido Getúlio Vargas, sendo assim como está estabelecido após a saída do Presidente e do vice assume o governo do Brasil o presidente da câmara, como ocorrera na época. Como já foi dito o cenário político do Brasil estava em turbulência, por motivos políticos Henrique Lott deu início uma campanha contra o presidente em exercício, Carlos Cruz, que foi deposto e em seu lugar assumiu o vice-presidente do senado, Nereu Ramos. Durante os dois meses e 21 dias, 11 de novembro de 1955 a 31 de janeiro de 1956, Nereu foi responsável pela posse de Juscelino e Jango. A eleição de 3 de outubro de 1955 foi uma das mais disputadas da história brasileira. Juscelino ganhou com uma das menores percentagens de votos válidos (33, 82%) até então dadas a um presidente da República. Além disso, o drama da campanha foi apenas o princípio de uma sucessão de ameaças à legalidade democrática, cujo ponto crítico seria o Movimento do 11 de Novembro. Ainda no governo de Nereu Ramos, Café Filho tentou reassumir o cargo de



Presidente, mas foi acusado de conspirar contra a posse contra os eleitos, no entanto os congressistas o impedido de reassumir. E no dia 31 de janeiro de 1956 sobre o Estado de Sítio, Nereu Ramos, entregou ao presidente e ao vice, eleitos a faixa da Presidência.

Como já foi dito o ano de 1955 é um marco importante na história da construção de Brasília, pois, foi nesta época de corrida Presidencial que o sonho de construir a nova Capital tornou-se possível. Com interesses em divulgar sua campanha a Presidência da Republica o candidato, Juscelino Kubitscheck, resolveu realizar uma série de comícios no interior do Estado de Goiás. As cidades escolhidas para tal realização dos comícios foram Rio Verde, Jataí e Anápolis.

Ao desembarcar, de baixo de uma forte chuva na cidade de Jataí, Juscelino e sua comitiva tiveram uma recepção calorosa e nas palavras de Guerra, “forma-se um grande cortejo que percorre as principais ruas da cidade, sobre grande vibração popular. Das janelas a população aclama o ex-governador das Minas Gerais”.<sup>11</sup> No entanto a forte chuva que cai, na cidade de Jataí, permaneceu por um bom tempo e o comício que estava marcado para ser realizado em praça pública teve que ser transferido para um local fechado. Durante o comício Juscelino Kubitscheck, teria falando de cima de uma carroceria de um caminhão. Foi neste mesmo comício que Brasília nasceu.

Juscelino em seu livro *A Escalada Política* declara que em Jataí ocorreu um fato que mudaria a História daquele comício. Afirma que ao terminar o comício um jovem se aproxima e indaga: “Já que o senhor se declara disposto a cumprir a Constituição, desejava saber se irá por em prática aquele dispositivo da Carta Magna que determina a transferência da Capital para o planalto goiano”.<sup>12</sup> Em resposta ao jovem, Juscelino responde: “acabo de prometer que cumprirei, na íntegra, a Constituição, e não vejo razão para ignorar este dispositivo. Durante o meu quinquênio farei a mudança da Capital”.<sup>13</sup> Após esta afirmação do candidato Juscelino o povo goiano aplaudiram JK e torciam muito para que o dito tornasse logo realidade.

Ainda em Jataí Juscelino alterou seu plano de metas e determinou que seus técnicos iniciassem imediatamente estudos para a transferência da Capital. Eleito, Juscelino Kubitscheck da inicio a construção de Brasília, em 1956 sancionou a Lei nº 2.874, que criou a Companhia Urbanizadora da Nova Capital (Novacap), nomeando para presidí-la o

---

<sup>11</sup> GUERRA, Jacinto. *JK um comício em Goiás*. Thesaurus Editora, 2005. pág.15.

<sup>12</sup> KUBITSCHECK, Juscelino. *A Escalada Política*. edições Bloch, Rio de Janeiro 1976.

<sup>13</sup> GUERRA, Jacinto. Op. Cit. pág. 18

engenheiro Israel Pinheiro. Em 1957 lança o edital do concurso para escolha do projeto urbanístico e como é sabido o projeto escolhido foi do de Lúcio Costa.

Ao ouvir falar que se iniciara as obras da construção da Nova Capital muitos homens lançaram-se em direção ao Planalto Central do Brasil em busca de empregos. Eram pessoas de todas as partes do país, mas sua maioria era composta por homens do Goiás, Nordeste, Minas Gerais e Mato Grosso do Sul. No entanto quando se fala da construção de Brasília esses homens não são vistos como personagens importantes. A cidade é conhecida como um feito excepcional de autoridades governamentais e personalidades nacionais.

Deste modo fica evidente, ao olhar as imagens, que o interesse é mostrar o cotidiano dos grandes homens como eles portam-se nos canteiros de obras da cidade, os homens que trabalharam duro são apenas os figurantes e a intenção era mantê-los longes do foco principal. Nunes observa que: “se a presença operária era um problema inevitável para o cinegrafista, evidentemente ele vai reaparecer para o editor como um problema também. Como excluir, na montagem final, tal presença?”.<sup>14</sup> É a partir dessa disputa com as máquinas e monumentos que os trabalhadores aparecem em alguns momentos nas fotos e filmagens, mesmo não sendo o foco principal das lentes esses trabalhadores tem um papel de grande representatividade na história da construção de Brasília. Um fato interessante de se notar nas poucas imagens dos trabalhadores é a falta de equipamento de proteção dos operários, sendo assim acidentes eram constantes e muitas vezes esses acidentes não eram divulgados e sobre essas questões a filmografia não faz nenhuma referência. Mas esse silêncio entorno da história dos operários que dizer alguma coisa, ou seja, esse silêncio passa a idéia de uma não existência de uma vida cultural nos acampamentos, como os trabalhadores dormiam, o que comiam, como se divertiam, quais eram seus mitos e crenças, ou ainda como conta Nunes “é silêncio intencionalmente imposto, pois o pouco que se tem sugere, talvez, o lado perverso da construção da cidade”.<sup>15</sup>

O pouco que se sabe sobre hoje da vida dos operários candangos está fora da escrita oficial da construção de Brasília, pois esta escrita oficial só se preocupou com a história do feito magnífico, com a imagem idílica e fantasiosa do erguer da Nova Capital Federal. Isso fica bem claro nas palavras de Oscar Niemeyer:

Vivíamos naquela época como uma grande família, sem preconceitos e desigualdades. Morávamos em casas iguais, comíamos nos mesmo restaurantes, freqüentávamos os mesmo locais de diversão [...]. Unia-nos um clima de

---

<sup>14</sup> NUNES, José Walter, Op. Cit. Pág.54

<sup>15</sup> NUNES, José Walter, Op. Cit. Pág.57

confraternização de idênticos desconfortos. Agora tudo mudou, e sentimos que a vaidade e o egoísmo que aqui estão presentes e que nós mesmos estamos voltando, pouco a pouco, aos hábitos e preconceitos burgueses que tanto detestamos [...] <sup>16</sup>.

Fica evidente que a visão de Oscar Niemeyer é de pura ilusão, e esse clima de “união e amizade”, essa “grande família sem desigualdades”, não incluíam os candangos, os trabalhadores que construíram Brasília. Sodré compartilha com Niemeyer a mesma visão. Observa-se:

Os trabalhadores, vindos de todos os cantos do país, num movimento semelhante à corrida do ouro na Califórnia e no Alasca, tornaram-se autênticos heróis, foram logo conquistados por esse espírito de luta e solidariedade e os empreiteiros das obras aderiram ao ritmo febril de trabalho, atendendo as exigências de prazos, esforços que permitiria, por exemplo, a construção do Palácio da Alvorada em dose meses [...]. O entusiasmo a todos empolgava, sentiam que colaboravam numa obra grandiosa e podiam, assim, enfrentar as dificuldades dos inconformados. Desse devotamento ao trabalho e desse entusiasmo resultaria um clima de união e amizade logo estabelecido: à noite os amigos se reuniam para conversar e batucar em guitarras e bandolins ou mesmo em copos e garrafas [...]. Ao amanhecer os passarinhos enchiam o ar com seus cantos, chamando ao trabalho. Estávamos naquele afã de construir. Era todo mundo vestido igual, comendo nos mesmos lugares. Esquecemos qual era a vida que agente teria que levar depois. <sup>17</sup>

Assim como a visão de Niemeyer, a visão de Sodré não corresponde à realidade vivida pelos trabalhadores. Estes não comiam em restaurantes, mas sim em refeitórios das firmas nas quais trabalhavam, que em muitos casos haviam reclamações por parte dos trabalhadores quanto a qualidade da comida que era servida. Os operários não tinham uma casa, a não ser um barraco construído em seu dia de folga, dormiam em beliches nos dormitórios coletivos e nem desfrutavam de noitadas alegres com bebidas e batucas, pois três vezes por semanas esses trabalhadores realizavam “viradas”, trabalhando a noite, sendo assim não podiam acordar pelos belos cantos dos pássaros já que era comum dormirem durante o dia após ter trabalhado a noite toda.

Com o ritmo de trabalho intenso e exaustivo por conseqüências das “viradas” os acidentes se tornavam mais constantes e por vezes fatais. Com uma iluminação precária e com sono por causa das “viradas” o risco de acidente aumentam, eram comuns os operários andando por cima das lajes e por falta de segurança cair e quebrar uma perna ou um braço.

---

<sup>16</sup> VESENTINI, José W. *A Capital da Geopolítica*. Editora Ática. São Paulo. 1996. pág 112

<sup>17</sup> SODRÉ, N.W. *Oscar Niemeyer por Nelson Werneck Sodré*. Rio de Janeiro. Graal, 1978. pág. 55-6.

Nair Sousa diz, “um operário trabalhava em média de 14 a 18 horas por dia, fazendo muitas vezes horas extras, nos sábado e domingos”.<sup>18</sup>

Visto que os operários não levavam uma vida idílica na época da construção de Brasília, ainda há uma outra frustração sofrida por esses homens, o excesso de violência promovida pelas seguranças das empreiteiras. As empresas construtoras tinham seus métodos próprios de segurança e junto com a NOVACAP foi criada a GEB, Guarda Especial de Brasília. Muitos trabalhadores sofreram abusos, extorsões, subornos e ameaças constantes por parte dos Praças da GEB. Há um episódio, relatado pelo jornal de Brasília do dia 18-02-1968, mostra o procedimento da GEB. Vale observar que para este episódio há duas versões.

O mais brutal de todos, ninguém contesta, embora se ofereça mais uma versão, foi o metralhamento de dezenas na semana do carnaval de 1959. pelas versões que correm nos meios oficiais, os responsáveis pelo acampamento da construtora Pacheco Fernandes (encerrava a construção do Palácio) solicitaram ao comando da GEB o envio de homens para abafar a algazarra que os operários promoviam na cantina daquela firma, como protesto coletivo contra a má qualidade da comida. Um choque da GEB chegou ao local e foi surrado pelos operários. Um dos guardas conseguiu escapar e foi até o quartel dizer que seus companheiros estavam sendo massacrados. Imediatamente, sem ordem superior, toda a guarda partiu para o acampamento e metralhou os operários no pátio. Por outra versão, que não corre nos meios oficiais, o acampamento Pacheco Fernandes sempre oferecia aos trabalhadores comida de má qualidade e cortava-lhes o fornecimento de água, fosse para a higiene ou para o preparo de comida. Todas as vezes que isso acontecia, os operários, cansados com a repetição dos fatos, protestavam ruidosamente. Numa dessas vezes, os responsáveis pelo o acampamento solicitaram ao comando da GEB que enviasse grande quantidade de homens armados para abafar a manifestação, que era mais intensa. Chegando ao local, ainda nos carros, os guardas acionaram as metralhadoras, cercaram o pátio e invadiram os alojamentos disparando sobre os homens que dormiam amontoados nos beliches. Ninguém contesta que foram necessários caminhões basculantes para carregar os cadáveres, enterrados em uma vala, aberta às pressas por tratores, longe da cidade. Ninguém sabe exatamente onde ocorreu o sepultamento coletivo, mas algumas afirmam ter sido nas proximidades da cidade-satélite de Planaltina.<sup>19</sup>

Como se vê, a vida dos operários candangos não foi fácil, suas vidas eram marcadas por uma má alimentação, péssimas condições de trabalho que inclui a falta de segurança,

---

<sup>18</sup> SOUSA, Nair. H.B. de. *Construtores de Brasília. Petrópolis, Vozes* 1983. pág. 36

<sup>19</sup> SOUSA, Nair. H.B. de. Op. Cit. Pág. 42

forte pressão para que o trabalho rendesse, violência, desigualdades. Todos esses elementos fizeram parte do cotidiano dos trabalhadores e não é racional pensar que esses trabalhadores lavassem uma vida rósea. Esse tratamento desigual sofrido pelos os trabalhadores durante a construção de Brasília não ficou restrito somente aos operários. Quando começou a ser distribuídos os lotes residências funcionários públicos também sofreram discriminação quem estivesse nos alto escalão do governo estaria recebendo os lotes mais centralizados e com grande valorização.

Um fato interessante sobre a historiografia de Brasília, e que depois de pronto e mesmo antes da construção, a Capital não seria da população, ou melhor, não estava destinada a grande população brasileira. A nova Capital era destinada a uma elite, os trabalhadores que permaneciam em Brasília eram a grande preocupação dos administradores, pois, invadiram o canteiro de obras e queriam fixar raízes nesta nova terra.

Após o termino da construção de Brasília todos os acampamentos que alojavam os operários teriam que ser demolidos, entretanto esses acampamentos começaram a ganhar forma e muitos deles vieram a se tornar cidades como Paranoá, Núcleo Bandeirante, Vila Planalto. Outros acampamentos foram destruídos como a Vila Amaury e seus moradores foram transferidos para outros núcleos habitacionais na periferia de Brasília.

## **PARANOÁ**

Na época da construção da Nova Capital haviam muitas empreiteiras e, estas instalavam seus acampamentos nas proximidades dos canteiros no qual estavam trabalhando, foi o caso do acampamento Barragem do Paranoá, esse acampamento mais tarde veio e ser tornar umas das cidades-satélites de Brasília, mas para que isso viesse a acontecer foi necessários que os moradores do acampamento enfrentassem de diversas maneiras as pressões exercidas por parte do governo do Distrito Federal. A maior ofensiva realizada pelo governo do Distrito Federal ficou conhecida como “Barracaço”, batalha travada entres o moradores do acampamento, pela concessão de moradia, contra a policia. Segundos os moradores “a policia veio com a tropa de choque como se fosse pra guerra”, os moradores se organizaram para enfrentar o embate, tendo às mulheres guardado a ala norte do acampamento e os homens mais ao sul. A policia veio pela ala norte guardada pelas mulheres que nada puderam fazer, no final do episódio o que ficou claro não foi a derrota dos moradores do acampamento Barragem do Paranoá, mas sim a falta de uma política habitacional voltada para os menos favorecidos que habitam o Distrito Federal.

## VILA PLANALTO

A Vila Planalto é outro acampamento que merece destaque na História do Distrito Federal pela luta travada por seus moradores com a intenção de fixação de moradias. Sendo criada para instalação de trabalhadores de várias construtores, nas imediações da Praça dos Três Poderes, a vila assim como os outros acampamentos teria que ser demolida após o término das obras, mas a vila comportava uma grande quantidade de famílias e não seria fácil para o governo desapropriar essas pessoas. A luta dessas famílias ia além de fixação de moradias, eles queriam a preservação da vila como um centro histórico para que fossem lembrados no futuro, e graças a luta dos moradores pela preservação a vila em 1988 foi tombada como patrimônio e hoje guarda memórias da construção de Brasília. Mas para que esse tombamento se concretizasse foram necessário que seus moradores se engajassem em um embate que só terminaria em 21 de abril de 1988 após uma decisão governamental que autorizava os moradores a fixa-se naquela área.

Mas o tombamento da Vila Planalto não agradava a todos. Uma elite política-cultural e econômica não via com bons olhos esse tombamento, pois essa elite tem os olhos voltados apenas para uma arquitetura barroca e para a modernidade espacial arquitetônica de Brasília e o tombamento de um espaço como a Vila Planalto surgia com espanto aos seus olhos.

No entanto a luta dos moradores da Vila Planalto pelo o tombamento, foi ao mesmo tempo uma luta pela fixação de moradias, pois os moradores sabiam que se a Vila fosse tombada eles não seriam obrigados a sair da região. Mas a luta em certos momentos tomou rumos diferentes. O governo do DF habilmente provocava discórdia entre os moradores da Vila, pois em certas ocasiões concedia lotes em lugares mais situados, a um determinado grupo de moradores, o que provoca a ira dos outros moradores. Para algumas pessoas o processo de tombamento da Vila Planalto não passou de um jogo político que de um lado favorecia uma pequena parcela de moradores que após o recebimento de um lote deixa a luta militante e outra parcela da política local. Mas para outros o tombamento representou um fato de grande expressão, pois a Vila Planalto é herdeira de uma história ainda pouco conhecida e os seus moradores reclamaram à cidade e o direito a memória, como um dos herdeiros da história da construção de Brasília.

## NÚCLEO BANDEIRANTE/METROPOLITANA

O Núcleo Bandeirante e Metropolitana ambos nascidos em 1956 guardam muito da história da construção de Brasília. O Núcleo Bandeirante, antiga Cidade Livre, foi um centro habitacional provisório, que deveria ser extinto assim como os outros acampamentos logo depois da inauguração da Nova Capital em 1960, mas o acampamento ganhou dimensões não esperadas e seu comércio se desenvolveu muito a ponto de alguns comerciantes se recusarem a transferir seu comércio para o Plano Piloto, pois segundo os próprios empresários, Brasília ainda era um lugar deserto e o comércio ainda não existia como na Cidade Livre. O crescimento da Cidade Livre incomodava a ordem governante, pois sobre uma ótica estética Brasília teria sido construída sob um mais puro planejamento, enquanto a Cidade Livre nasce em função das necessidades sócias, frontal a ordem estabelecida no Distrito Federal.

Sendo assim, o Núcleo Bandeirante passou a ser alvo do governo, principalmente de Jânio Quadros que não aceitava a permanência da Cidade. No entanto, o governo começou a tomar medidas para que a Cidade Livre fosse desapropriada, como relata Nunes,

“Varias famílias foram removidas para outras áreas do Distrito Federal. Incêndios criminosos de barracos eram freqüentes. A população reage. Uni-se comerciantes, funcionários públicos e trabalhadores em geral, em torno do movimento chamado Pró-fixação e Urbanização da Cidade Livre”.<sup>20</sup>

Esse movimento de desapropriação ocorre em um momento de crise econômica, política e social do país que culminaria a renúncia de Jânio Quadros e ascensão de Jango. Esses fatores contribuiriam para que o movimento de Pró-fixação conseguisse seu intento, a fixação do Núcleo Bandeirante como cidade que aconteceu por um projeto de Lei, em 14 de dezembro de 1961. Por outro lado acampamento da Metropolitana foi anexado ao Núcleo Bandeirante e hoje aparece como um bairro da cidade.

## VILA AMAURY

A Vila Amaury é outro foco habitacional que iria desaparecer com a inauguração de Brasília, pois assim como outros acampamentos a Vila estava na lista dos núcleos

---

<sup>20</sup> NUNES, José Walter, Op. Cit. Pág. 184

habitacionais que seriam destruídos. No entanto para evitar que a destruição da Vila fosse visto de forma xenófoba foi criado, pelo governo em 1959, um plano de transferência de sua população para cidades satélites de Taguatinga e, ou, Sobradinho. Uma repartição da Novacap foi destaca para por este plano em prática, pois conheciam os prazos para o fechamento da barragem e inundação da área da Vila. A Vila Amaury fundada em 1959, comportava aproximadamente 4.000 mil famílias localizava-se entre, o que é hoje, o Iate Clube e o Clube Motonáutica, ambos localizados no setor de clubes Norte, e seu aspecto de favela incomodava e manchava a imagem da Nova Capital, sendo assim não seria racional deixar uma favela nos arredores de Brasília. A Vila ganhou este nome em homenagem a Amaury de Almeida, funcionário da Novacap, que almejava uma carreira política. Assim como os outros acampamentos a Vila Amaury deixou uma herança histórica muito rica, pois, aquele pequeno espaço foi palco de movimentos pró-fixação de moradias. Liderados por Amaury de Almeida, os moradores da vila reivindicam que Novacap autorizasse e patrocinasse a transferência dos habitantes da Vila para uma cidade-satélite e como conseqüências desse movimento tivemos a criação de uma segunda cidade-satélite que ganhou o nome de Sobradinho. No entanto, após a transferência dos moradores a Vila Amaury foi destruída como previsto, ou seja, o acampamento foi inundado pelas águas do Lago Paranoá.



# CAPÍTULO 2

**Entrevista com as moradoras da Vila Planalto**

## Entrevista com as moradoras da Vila Planalto

A construção da história de Brasília foi vista durante muito tempo de forma linear, homogênea e presa a um determinismo histórico pontuado por relações de causa e efeito. Essa visão também foi marcada pela exclusão, de determinados grupos, dando relevância apenas para fatos e acontecimentos representativos de alguns grupos sociais. Nesse sentido, o conhecimento histórico é construído a partir de um único referencial, que consolida aquilo que considera como possível e verdadeiro.

É neste contexto que o uso da história oral resgatando a memória torna-se indispensável e justificado, pois como diria Benjamin para o pensamento da história: “A experiência que passa de pessoa a pessoa é a fonte a que recorrerem todos os narradores”. A narrativa torna possível recuperar os elementos que são perdidos com as informações de cunho imediato. O exercício de narrar é o exercício da memória: “a rememoração é a musa da narrativa”, segundo Benjamin. “Rememorar funciona como a base para a incorporação de novos saberes ao contexto da história, contribuindo para que outras dimensões da experiência social sejam consideradas como elementos que a constroem”<sup>21</sup>. Le Goff sobre a história e com o trabalho com a memória diz que: “A memória, é onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para libertação e não para a servidão dos homens”<sup>22</sup>.

Thompson também vê a história oral uma natureza essencialmente criativa e justificativa o uso da oralidade dizendo:

“Em todos esses campos da história, com a introdução de nova evidência antes não disponível; com a mudança do enfoque da investigação e com a abertura de novas áreas para ela; contestando alguns dos pressupostos dos historiadores e julgamentos por eles aceitos; reconhecendo grupos importantes de pessoas que haviam estado ignoradas, dá-se início a um processo cumulativo de transformações. Amplia-se e se enriquece o próprio campo de ação da produção histórica; e, ao mesmo tempo, sua mensagem social se modifica. Para ser claro, a história se torna mais democrática. A crônica dos reis introduziu entre suas preocupações a experiência de vida das pessoas comuns”<sup>23</sup>.

---

<sup>21</sup> BENJAMIN, Walter. Obras escolhidas: *magia e técnica, arte e política*. Vol.1, São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 27

<sup>22</sup> LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. São Paulo: UNICAMP, 1990. p 477

<sup>23</sup> THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. p 121

No entanto, há quem duvide que a oralidade possa ser considerada como recursos históricos, ou seja, que a oralidade possa regatar as memórias que estão dispersas, ou ainda, que possa se fazer história a partir do uso da oralidade. É o caso de Evans:

(...) ela implica em uma analogia enganosa com aspectos já diferenciados da história – econômico, agrícola, médico, legal, e assim por diante. Ao passo que a história oral não pode nunca ser um “compartimento” da história, propriamente.<sup>24</sup>

Essa não aceitação do uso da oralidade não fica restrita apenas a Evans, pois durante muito tempo, desde que a perspectiva positivista estava no seu auge no século XIX, a história se voltava e preconizava o uso do escrito em detrimento do oral. Isso se explicava pela ideologia apresentada pela corrente historiografia que dizia ao usar os relatos colhidos de determinadas pessoas o historiador não seria suficientemente imparcial, ou seja, consideravam que os relatos pessoais, as histórias de vida e as biografias não contribuíam para o conhecimento do passado, pois são subjetivos, muitas vezes distorcem os fatos e dificilmente seriam representativos de uma época ou de um grupo.

Mas o que se sabe hoje, de fato, o uso da oralidade é indispensável e justificável, pois além de ajudar o historiador a fazer o resgate historiográfico ainda se beneficia de outras ferramentas teóricas de diferentes disciplinas das Ciências Humanas, como a Antropologia, a Literatura, Sociologia e a Psicologia, por exemplo, ou seja, trata-se de uma metodologia interdisciplinar por excelência. Seguindo essa idéia Alberti diz:

Que muitas convicções históricas sofreram modificações a partir da década de 1980: temas contemporâneos foram incorporados à história, chegando-se a estabelecer um novo campo, que recebeu o nome de História do tempo presente; passou-se a valorizar também a análise qualitativa, e o relato pessoal deixou de ser visto como exclusivo de seu autor, tornando-se capaz de transmitir uma experiência coletiva, uma visão de mundo tornada possível em determinada configuração histórica e social.<sup>25</sup>

Hoje há uma concepção a respeito da subjetividade das fontes escritas, no entanto essa subjetividade não a torna menos importante e nem a faz deixar de ser objeto de pensamento científico. Vale dizer, também, que a história oral é hoje um caminho muito interessante para se conhecer e registrar a diversidade do cotidiano dos mais diversos grupos sociais de todas as formas e em todas as camadas da sociedade.

---

<sup>24</sup> EVANS, George Ewart. *The Days That We Have Seen*, p 24. (Apud THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998. p 104)

<sup>25</sup> ALBERTI, Verena. *História dentro da História*. (IN) (ORG) PINSKY, Carla Bassaneri. *Fontes Históricas*. São Paulo, Ed. Contexto, 2005. p 163

Ainda sobre a memória, a evolução das sociedades na segunda metade do século XX, elucida a importância do papel que a memória coletiva desempenha. Le Goff lembra que:

A memória coletiva faz parte das grandes questões das sociedades desenvolvidas e das sociedades em vias de desenvolvimento, das classes dominantes e das classes dominadas, lutando, todas, pelos poder ou pela vida, pela sobrevivência e pela promoção.<sup>26</sup>

A memória é um elemento essencial na história, Le Goff chama a memória de “*identidade*” ela pode ser tanto individual ou coletiva.<sup>27</sup> O uso da memória coletiva ainda é usado em maior escala nas sociedades em que o escrito é pouco difundido, mas são essas sociedades que melhor permitem compreender esta luta pela dominação da recordação e da tradição, esta manifestação da memória.

No momento em que se buscam o resgate da memória, aparece um grande dilema que tem-se que enfrentar, sem dúvida, ou seja, há uma lacuna que precisa ser preenchida sobre o que se convencionou chamar de história e memória. História e Memória se confundem muito, Halbwachs ao analisar de forma detalhada a memória coletiva e suas dimensões individual, coletiva e histórica estabelece uma distinção nítida entre história e memória. Os aspectos considerados por Halbwachs podem ser assim expostos: “enquanto a memória é múltipla, a história é uma e podemos dizer que não há senão uma história”.<sup>28</sup> Halbwachs ainda diz: “A memória trabalha com o vivido, o que ainda está presente no grupo, enquanto a história trabalha com um passado e constrói uma representação de fatos distantes, ou mesmo onde ou quando se encerra a possibilidade de encontrar testemunhos daquela lembrança”.<sup>29</sup>

Sem dúvidas a distinção feita por Halbwachs é brilhante, no entanto, Halbwachs, apresenta uma posição frontalmente contra a perspectiva de se trabalhar a memória também como documento histórico. Vejamos

Enquanto uma lembrança existir, é inútil fixá-la como escrito, nem mesmo fixá-la pura e simplesmente. Assim, a necessidade de se escrever história de um período, de uma sociedade, e mesma de uma pessoa desperta somente quando eles já estão muito distantes no passado, para que se estivesse a oportunidade de encontrar por muito tempo ainda em torno de sim muitas testemunhas que delas conservem algumas lembranças.<sup>30</sup>

---

<sup>26</sup> LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. São Paulo: UNICAMP 2003. p. 469

<sup>27</sup> LE GOFF. Op. Cit. p. 469.

<sup>28</sup> HALBWACHS. Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo, Vértice, 1990. p 85-89.

<sup>29</sup> HALBWACHS. Op. Cit. p 80-84.

<sup>30</sup> HALBWACHS. Op. Cit. p 80.

Como foi dito a distinção, feita por Halbwachs, entre memória e história e muito importante, entretanto, se para Halbwachs memória e história são distintas, é racional pensar que memória e história são inseparáveis. A final, compreendemos a história como uma construção que busca na memória interpretações que dão sentidos ao passado.

O trabalho com a história oral mostra que a constituição da memória, está sempre em uma constante negociação, ou seja, a memória esta ligada a construção de identidades dentro de grupos sociais porque cada umas das instâncias que esses grupos estão inseridos representam uma ordem de identificação, pois a memória é o resultado de um trabalho de organização e de seleção que da importância e se transforma em unidade, como já foi dito, identidade.

Durante muito tempo, a memória foi polarizada, ou seja, foi usada em favor de uma classe dominante que tinha como objetivo principal deixar seus grandes feitos e suas histórias, as pequenas histórias foram relegadas e praticamente esquecidas. Mas o que se sabe hoje é que há um consenso da multiplicidade histórica das memórias e falar de apenas uma classe já não é o principal objetivo da historiografia. Em torno da memória Alberti, observa que “estudar a memória não é mesmo que construir memórias”<sup>31</sup>. Essa concepção de Alberti é plausível, pois, muitos que trabalham com a história oral acabam se achando imbuídos da missão de promover a construção da memória de qualquer que for o espaço em que se ocupa em estudar.

Ainda sobre a memória Le Goff diz:

A memória, na qual cresce a história que por sua vez alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e ao futuro. Devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para a libertação e não para servidão dos homens.<sup>32</sup>

A partir da projeção feita anteriormente sobre o uso da oralidade, a história oral será utilizada para permear o universo dos moradores que vivenciaram experiências de vida na Vila Amaury e o processo de transferência para outras localidades. As lembranças dos moradores da Vila Amaury fora regidas pela situação sócio-comunicativa definida pela relação entre o entrevistador e seus objetivos e entrevistados e suas visões de mundo.

---

<sup>31</sup> ALBERTI, Verena. *História dentro da História*. (IN) (ORG) PINSKY, Carla Bassaneri. *Fontes Históricas*. São Paulo, Ed. Contexto, 2005. p 168

<sup>32</sup> LE GOFF, Jacques. Op. Cit. p 471.

Ao longo desta pesquisa, as memórias pessoais dos antigos moradores, da extinta Vila Amaury, passaram a se tornar públicas e sairão da obscuridade para fazer parte dos anais de historiográficos de Brasília.

Metodologicamente são previstas, durante o trabalho frases, ou mesmo um fragmento inteiro da gravação feito em fitas cassetes, uma vez que, tanto a gravação e a transcrição são frutos dos conhecimentos adquiridos e produzidos no transcorrer da pesquisa. A entrevista se processa na articulação feita entre o conhecimento teórico sobre o tema, as consultas aos arquivos e outros órgãos Governamentais e não Governamentais.

Essa concepção metodológica vai além da idéia de fazer apenas um simples registro, os testemunhos orais também serão fundamentais no desenvolvimento do trabalho no sentido de promover a reflexão sobre processos culturais e relações que se estabeleceram durante os anos da construção da cidade.

Uma dimensão que permeia o trabalho com a história oral, e fundamental para o trabalho a ser desenvolvida, é o fato da (re)construção das memórias trazer à tona referências de grupos excluídos socialmente. Essas considerações são pertinentes tendo em vista especialmente as características do grupo que se pretende trabalhar: grupos marcados por conflitos em torno da moradia durante a construção de Brasília. A oralidade será utilizada como método para viabilizar que experiências guardadas e desconsideradas pelo “discurso oficial da história” sejam (re)construídas.

Ainda como prática metodológica, pretende-se que os resultados do trabalho sejam devolvidos aos indivíduos e grupos participantes da pesquisa. O trabalho da devolução da pesquisa, que tem como base a história oral, não é visto simplesmente como a etapa final do processo. Trata-se do momento em que culmina todo o trabalho que se iniciou com os primeiros contatos feitos com os participantes. A devolução é o momento em que cada um (ou grupo) tem oportunidade de ver o seu conhecimento sistematizado e serve como um mecanismo de reflexão do seu papel como sujeito histórico.

Nesta segunda parte do trabalho será utilizada e observada a entrevista com algumas pioneiras, que ainda residem no Distrito Federal. No entanto nenhuma das entrevistadas chegou a morar na Vila Amaury, mas as lembranças que guardam, mesmo morando em outros acampamentos, tal como a Vila Planalto, da Vila Amaury são de suma importância, pois já mostram aspectos que vão de encontro ao que já foi escrito pela historiografia de Brasília sobre a Vila Amaury.

D. Maria Porto foi uma moradora da Vila Planalto. Chegada na Vila Planalto em março de 1961, D. Maria guarda muitas lembranças daquela época, e essas lembranças serão de suma importância, pois já mostram aspectos e lembranças que fazem referência à extinta Vila Amaury. Como foi dito D. Maria Porto mudou-se para a Vila Planalto em 1961 e a partir da convivência com os outros moradores tomou conhecimento da Vila Amaury. A parte da Vila Amaury que D. Maria Porto guarda mais em suas lembranças, é a que se confunde com a Vila Planalto, ou seja, D. Maria morava onde hoje estão as instalações do Clube da Marinha, sendo assim, a parte da Vila Amaury que D. Maria fala e a que se encontrava perto do Clube Motonáutica.

Começando a entrevista, perguntada como era especificamente a Vila Amaury do seu tempo Dora, outra entrevistada, responde:

*“Quando nós fomos pra lá (Vila Planalto) já era o lago, assim, era o lago mas, ainda havia muita gente lá daquele lado. Por que como foi um lago feito em cima de casas, em cima de fossas cisterna, então ele vai ali e bate e volta. E depois de feito a barragem e cobriu uma parte. Essa Vila Amaury, ela foi destruída assim: eles tiraram e botaram os moradores em outra Vila que tinha de lado, onde tinha um mercado. A Vila Amaury ela foi derrubada, ela foi deslocada pra essa Vila, para o Tamboriú, mas aumentando as casas tipo invasão. Tudo coladinha uma na outra, se pegasse fogo em uma pegava fogo em todo mundo”. E completa dizendo: “o pessoal que moravam na Vila Amaury foram subindo à medida que as águas do Lago Paranoá foi subindo”.*

Analisando o depoimento de Dora pode-se perceber logo de imediato que há uma divergência entre o que foi esboçado por Dora e o que se sabe sobre a Vila Amaury, ou seja, há uma divergência quanto a data da destruição da Vila, que segundo Holston “o governo pretendia que, por volta do dia da inauguração de Brasília, tudo que tivesse restado da destruição dos tratores ficasse debaixo d’água”.<sup>33</sup> Sendo assim, pelo que escreveu Holston, a Vila Amaury foi destruída em 1960, mas segundo o depoimento de Dora essa destruição teria começado na década de 1960, mas só teria se concretizado somente alguns anos depois. Então a Vila Amaury permaneceu, mesmo que em parte, por mais algum tempo até desaparecer por completo nos anos posterior à inauguração de Brasília.

---

<sup>33</sup> HOLSTON, James. *A Cidade Modernista: Uma Crítica de Brasília e sua utopia*. São Paulo: Cia das Letras, 1993. p 264.

Quanto à localização da Vila Amaury, que segundo as fontes obtidas no decorrer deste trabalho, a Vila, ficava entre as instalações do que são hoje o Clube Motonáutica e o Iate Clube, Dora em entrevista diz que:

*“Ela (Vila Amaury) ficava lá onde é o lago. Ela foi tirada pra vim pra cá, para subir o lago. O lago foi ocupando e as águas vieram subindo tomando onde era a invasão, onde era a SAB. Nós víamos as águas subindo e o pessoal sair, mas não sabia pra onde eles estavam indo, pra onde foi, nem nada”.*

Ainda quanto à localização D. Maria Porto diz que:

*“Ela veio mais pra cima (Vila Amaury), né?! Saiu lá da beira do lago, fez mais pra cima, isso tudo parecia uma invasão”.*

Tanto no comentário de D. Maria Porto quanto no de Dora, pode-se perceber que as duas tem a mesma noção da localização da Vila Amaury, ou seja, tanto D. Maria e Dora, afirmam que a Vila Amaury localizava-se na margem de um pequeno córrego que foi enchendo e obrigando os moradores a afastaram-se. Entretanto o que as duas entrevistadas disseram foi que o Acampamento Vila Amaury, foi construído as margens de um córrego, que futuramente viria se tornar o Lago Paranoá, e que as águas desse lago aumentavam, pois, como já se havia previsto aquela região onde estava situada a Vila Amaury seria parte do lago. Sendo assim à medida que as águas do lago iam aumentando, os moradores daquela região eram obrigados a mudar de lugar, mas como esses moradores não tinham onde ir apenas fixavam suas casas um pouco mais adiante das águas, e em certos casos os moradores fixavam suas casas em regiões vista como invasões. Vale lembrar que a Vila Amaury, no início, não era vista como invasão, só depois da inauguração de Brasília que a Vila passou a ser taxada como irregular.

Saindo um pouco da perspectiva central, ou seja, da transferência dos moradores da Vila Amaury e entrando no espaço das experiências vividas pelos moradores dos acampamentos, vale ressaltar e conhecer como era o dia a dia dos moradores, principalmente os das mulheres, não que os dos homens não sejam de suma importância, mas pelo fato de que as entrevistas foram realizadas somente com mulheres e assim fica mais fácil compreender como foi as passagens pelos acampamentos nas adjacências de Brasília.

D. Maria Porto, comentando sobre os dias após sua chegada a Brasília diz que: *“viver aqui era difícil. Quando eu cheguei aqui ainda era difícil. Já tinha o Núcleo Bandeirante,*



*tudo mas, toda aquela barracada, né? Toda aquela brigaiada na rua. Era, eu achei aquilo um horror. Eu que vim de Minas, vendo aquilo e Minas uma cidade pacata mais tudo acomodadinho, e tudo. E aqui já não era! Tinha aquelas brigaiadas de gentes sentei num banco e fiquei olhando*". Analisando esse fragmento da entrevista de D. Maria Porto pode-se inferir que a vida dos trabalhadores não era tão rósea. D. Maria conta que havia muitas brigas na época que chegou e muitas delas era pela fixação de moradias, ela vinda de uma pequena cidade do interior das Minas Gerais achou tudo àquela briga uma barbárie.

Tendo o marido trabalhado nas obras, D. Maria Porto, queria ajudar nas despesas da casa, pois o casal já tinha filhos e o ordenado do marido não era suficiente e como ela mesma diz: *"eu costurava muito com uma máquina emprestada de unas amigas lá. Até que as meninas assumiu, né?. Ai com o dinheiro que eu ganhava, partia com eles (filhos e Marido). E ganhei muito dinheiro com essa máquina, porque eu sentei num baquinho que era lá fora"*. Além de costurar, D. Maria Porto trabalhou com a lavagem de roupas. Em suas palavras: *"a vizinha, chegou lá e disse assim: diz que a senhora gosta muito de trabalhar, que trabalhar comigo? Eu respondi depende muito do trabalho. Por que eu não sabia que trabalho que era, né? Ela falou assim: lavar roupa e passar, ai nós fomos... ai entrei na lavação, também. Costurano e lavano.*

A vida de D. Maria Porto não era fácil, assim como a de muitos outros moradores. No entanto a vida de D. Maria mudaria para melhor quando o seu marido ganhou uma casa. Quando veio para Brasília, o esposo de D. Maria trabalhava de caminhoneiro, mas se tornaria posteriormente funcionário da Novacap. Segundo D. Maria Porto, seu marido não queria trabalhar na Novacap, pois segunda ela a empresa pagava aos funcionários um salário abaixo da perspectiva. No entanto, a Novacap concedia alguns benefícios aos seus funcionários, o mais importante que vale ressaltar aqui, e a moradia.

D. Maria Porto, fez várias amizades no acampamento em que viveu e conta uma história muito interessante dentro do seu círculo de amizade. Vejamos: *"a primeira televisão da parte de funcionários, pequeno. A primeira foi na nossa casa. Ia todo mundo assistir televisão lá! Juntava aquela multidão de gente. Por que tinha os engenheiros, era casa separada, tinha os encarregados, em casa separada, e depois tinha os funcionários que era casa separada e os solteiros que era os alojamentos, só de solteiro. Então o papai comprou a televisão e todo mundo ia assistir lá. Todo mundo sentava assim na sala, novela"*! O vínculo de amizade era muito forte entre os moradores dos acampamentos, e esse pequeno encontro representa muita coisa, pois ao observar os anais de história da época

da construção de Brasília é notório pensar que não havia vida nos acampamentos, ou seja, não havia uma vida após as duras jornadas de trabalho. Esse depoimento de D. Maria mostra que longe das construções os trabalhadores levavam uma vida normal e gostavam de coisas normais, como assistir televisão.

Dora ao responder sobre o que fazia, ou seja, qual era a ocupação para uma jovem nos acampamentos diz que: *“lá era assim... tinha... Eu fiz muito aula de costura, eu fiz aula de bordado, eu fiz... lá tinha isso... tinha serviços sociais, certo?! Agente tinha aula de bordado, costura que rendia um dinheirinho pra nós”*. Como Dora disse, nos acampamentos havia serviços comunitários, então os jovens, principalmente as mulheres, tinham sempre o que fazer e logo aprendiam um ofício no qual lhes rendia um pouco de dinheiro, que na maioria das vezes, serviam para auxílio doméstico.

Perguntado sobre como era fazer compras nos acampamentos D. Maria Porto responde: *“na passarela perto da igreja tinha, tinha uma praça, então os feirantes iam pra lá pra vender no sábado, né? Vender galinha, vender fruta, roupa de cama, tudo. Roupa de cama era gringo, né?! Agente por exemplo, quando eu mudei pra casa não tinha nem roupa de cama, fui comprando dos gringos. Eles não se importava que agente comprasse a prazo, não. Ai a gente foi comprando. Tinha muito gringo aqui, com aquelas malonas! Eles chegavam e abriam e botavam tudo assim pra gente escolher. Agente não tinha dinheiro muito, e agente não intindia muito o que eles falavam, né? Porque eles falavam outra língua. Era gringo de mais! Comprei muito deles, assim. Ai eu fui comprando, quando ele voltava pra receber eu pagava aquela e comprava mais”*. Visto então, que não havia no início um comércio bem desenvolvido nos acampamentos, tal como a Vila Planalto, as pequenas coisas de consumo rápido eram compradas em feiras nos fins de semana e outras coisas de bens semiduráveis eram compradas em crediários vendidos por estrangeiros, que passavam de porta em porta. Devido à facilidade de pagamento os vendedores estrangeiros tinham uma clientela vasta e seus produtos dificilmente deixariam de ser vendidos.

Saindo um pouco do universo do cotidiano dos moradores e voltando ao processo de transferência dos moradores da Vila Amaury ao serem perguntadas, D. Maria Porto e Dora, sobre a retirada, ou seja, se chegaram a ouvir falar de alguma coisa sobre a retirada dos moradores da Vila Amaury, D. Maria responde: *“quem foi ganhando casa, foi saindo, né?(....) Já era uma ação da Novacap. Mas eu não sei pra onde foi esse povo todo. Meu marido que devia saber, ele é que trabalhava na Novacap.”* Sendo assim D. Maria Porto não tem uma precisão para onde foram remanejados os moradores da Vila Amaury, só sabe

que eles foram saindo do acampamento á medida que ganhavam lotes nas cidades recém criadas, tais como, Sobradinho, Guará e Taguatinga.

Perguntada se sabia dizer como era a ação dos funcionários da Novacap quando iam desapropriar um acampamento, Dora diz: *“é rude igual os de hoje! Por que tinha que enfrentar as resistências. Ai eles entram! E hoje ainda ta pior, porque eles chegam e derrubam, antigamente até eles esperavam botar no caminhão as mudanças, pra mudar. Hoje em dia não faz isso”*. Como já foi dito o marido de D. Maria Porto foi funcionário da Novacap, sendo assim, D. Maria e sua família não passaram por nenhuma humilhação por parte dos trabalhadores, que estavam encarregados de derrubar os barracos, devido ao cargo que seu marido ocupou na Novacap. Quando teve que sair de sua casa no acampamento que morava, D. Maria e sua família foram direto para uma casa em Taguatinga.

Ainda sobre a retirada dos moradores. Perguntada se havia alguma liderança comunitária ou mesmo política ou mesmo alguém mais importante, Dora responde: *“não, não! Não tinha esse negócio de liderança, não. Às vezes podia até ter. Era e a Novacap”*. Dora, diz que em seu acampamento não havia nenhuma liderança, ao menos ela não ouvia falar. Já na Vila Amaury, havia um líder comunitário e, segundo Holston, *“ele foi o líder do movimento de resistência em prol de moradias”*, que os moradores da Vila Amaury fizeram. *“ele era conhecido por seus fortes vínculos com o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e por sua ambição de torna-se deputado estadual”*.<sup>34</sup> Amaury de Almeida foi esse líder dentro da Vila Amaury, e dispunha de uma grande influência de tal forma no acampamento, ao ponto que os moradores batizaram o acampamento com seu nome.

Continuando sobre a retirada dos moradores, D. Maria fala de um conhecido, Antunes. Este trabalhava derrubando barracos e vivia sobre constantes ameaças de morte, por parte dos moradores. E nas palavras de D. Maria: *“ele era mau, também pra arrancar barraco! Dirrubava tudo, mesmo. Teve uma vez... uma samambaia que teve aqui perto do Santo Antonio. Tirou uma parte pra passar tudo pro Santo Antonio, né? Tinha que pular a ponte e fazer a casa do lado de lá. Muita gente... era um acampamento, também. Muita gente não queria sair e ai enfrentava ele, pra matar ele, fazer tudo, mas ele tinha uma rádio de passar pa os policial, na mesma hora chegava o camburão e falava assim: qualé que é ele? eles tem aquela luz de julgar as pessoas no chão, né? Não sei como é que é! Demorava um instantin e rançou tudo”*. É notório observar que desde a época da construção de Brasília, a cidade vem assistindo muitas lutas e resistências em prol de moradias e como herança disso tudo

---

<sup>34</sup> HOLSTON, James. Op. Cit. P 263.

temos um crescimento desordenado e uma pobreza crônica em determinadas regiões de Distrito Federal.

Voltando ao cotidiano dos ex-moradores, perguntada como era o laço de amizade dentro dos acampamentos, ou seja, quais eram o grau e vínculo de amizade desenvolvida por ela, D. Maria Porto responde: *“agente convivia muito bem, sabe? A convivência era geral assim, agente igual aqui, né? Por exemplo, eu tenho mais amizade com aquela ali, essa aqui é só bom dia, e tudo, né? Lá também era a mesma coisa, mas era por causa do trabalho dele, (Oscar Porto, o marido). Que era um movimento muito grande. E a casa era no meio da rua. Chegava de lá, chegava de cá, chegava no fundo, chegava na frente. Agente tinha hora que não tinha jeito de andar dentro de casa de tanta gente”*.

O vínculo de amizade dentro dos acampamentos faz lembrar aos de cidade interioranas, pois nos acampamentos os moradores mantinham-se unidos pelo mesmo ideal lutavam pelas mesmas causas e mantinham vivas as tradições e costumes dos seus lugares de origens. Como já foi falado, assistir uma simples novela já era sinônimo de amizade que não era rompido por qualquer desavença.

Dora, da continuidade a conversa sobre o vínculo de amizade, dizendo: *“no acampamento agente ficava debaixo da caixa d’água conversando. A diversão era sentar debaixo da caixa d’água, o Ângelo Marcio, canto, era de lá! Ney Matogrosso! O Ângelo Marcio vivia, assim, paquerando minha irmã!* Quanto a questão da violência, tanto D. Maria quanto Dora, não fazem menção. No próximo capítulo deste trabalho, D. Maria Julia uma entrevistada, diz que na Vila Amaury não havia violência, mesmo apresentando aspectos de favela. Sendo assim nesta questão este trabalho não é suficiente para responder a questão da violência na Vila Planalto.

Em um trecho anterior da entrevista, as entrevistas falaram parcialmente sobre a SAB (Sociedade Abastecimento de Brasília). Perguntada a quem a SAB atendia a resposta de Dora foi: *“ela, atendia todo mundo, era o mercado famoso! Foi um dos primeiros mercados”*. Assim como, a questão da violência, no próximo capítulo D. Maria Julia falara a respeito da SAB, e fará um comentário a respeito da mesma dizendo que só fazia compras na SAB quem já tinha um poder aquisitivo melhor.

Em um momento de descontração as entrevistadas, lembraram de um homem que ficou muito conhecido no acampamento pelos hábitos diferentes do convencional. Vejamos nas palavras de Dora: *“O Sapato Branco! Aquele homem, que bebia muito, lá! Ele era*

*temido, sabe? Quando nós tava na rua ai falavam: olha o Sapato Branco! Os meninos saiam correndo! Ele virou um mito! Falar em Sapato Branco todo mundo corria. Ele era escuro e usava sapato branco. Eu nunca cheguei a ver ele! Ficou só aquele medo”.* No imaginário das crianças e dos jovens, o personagem Sapato Branco era o mal personificado, era a figura de um ser que sempre fazia o mal a qualquer pessoa que o encontrasse, e para tirar proveito desta situação muitas mães para conter esses jovens e crianças em suas residências usavam a imagem do homem que calçava sapatos brancos para obter a obediência dos filhos.

Como já foi dito, as entrevistadas moraram na Vila Planalto, e como é sabido os moradores da Vila viviam em constante aflição como medo de serem desapropriados. Perguntado se realmente isso acontecia Dora responde: *“exatamente, não tínhamos escrituras, tudo mundo tinha esse medo”.* De fato o medo de perder o que já tinham começado a construir assolavam os moradores dos acampamentos, no entanto, esse medo era sentido em menor escala pela família Porto, pois como já foi citado, Seu Oscar Porto era funcionário da Novacap e quando começou a transferências de algumas famílias ele teve a oportunidade de escolher o lugar onde queria fixar uma residência definitiva. Seu Oscar Porto escolheu Taguatinga ao Guará, e sua família reside em Taguatinga até hoje. No entanto, aqueles que não tinham a mesma sorte que seu Oscar viviam com esse medo.

Esse medo de perder suas casas e seus pequenos pertences, só passou no decorrer da década de 1980, depois de muitas lutas travadas entre os moradores e o governo. A vitória dos moradores se concretizou quando a Vila foi tombado e os moradores ganharam direito a escrituras das casas.

Perguntada para Dora como era o transporte em meados da década de 1960, ela responde: *“para ir estudar na W3 Sul eu tinha que tomar um ônibus das 6 horas da manhã e depois só das 6 da tarde, se perdesse você só ia chegar em casa de trator! Por que agente saia junto com os caminhões. Os caminhões pegava os trabalhadores, ali perto da igreja. Os trabalhadores andavam de caminhão, de caminhão mesmo, o caminhão ia cheio de homem pra trabalhar. E agente pegava o ônibus! Agente era muito amiga assim... tudo mundo conhecia tudo mundo, conhecia o motorista do ônibus, entendeu? Todo mundo conhecia todo mundo! as vezes agente vinha correndo o motorista esperava agente”.* Pelo o que foi dito por Dora, o transporte em Brasília em meados da década de 1960 era precário, pois só havia um ônibus por dia para levar os moradores que precisassem ir ao centro de

Brasília. Caso o morador não pudesse tomar o ônibus de volta às 18 horas, ele tinha uma outra alternativa que era dividir os meios de transporte com os trabalhadores que vinha das obras depois de uma longa jornada de trabalho. Deixar de tomar o ônibus na hora certa, não era de todo mal, pois fortalecia o vínculo de amizade, visto que, grande parte dos moradores dos acampamentos se conheciam ao ponto de sentir a falta de alguém que não estivesse pronto para o embarque.

D. Maria Porto foi mulher de um pioneiro, como já foi dito, e seu marido chegou aos canteiros de obras por volta de 1956. Quando perguntado como era o contato com seu marido, D. Maria Porto respondeu: *“ele ficou três anos sem contatos, ele não podia largar o serviço pra ir ver agente. Que quando chegava já tinha posto outro no lugar. Fica numa empresa, né? Ai ele sai... por que o serviço não pode ficar parado, né? Tem que por outro no lugar pra trabalhar. Ai ele não ia, escrevia lá uma vez ou outra. Ele não dava muito noticia. Mas ele fala que foi difícil, a vida aqui era difícil”*. Como o ritmo das obras eram acelerados e cansativos, muitas vezes os operários não tinham tempo para ir ao encontro de suas famílias, suas folgas eram poucas, em geral somente nos fins de semanas. Como se sabe, grande parte dos operários vinham de regiões muito distantes de Brasília e em um curto período de tempo não seriam possível ir até suas residências, e muitos também não sabiam ler e nem escrever. Sendo assim a comunicação com suas famílias não eram feitas com muita frequência. E toda essa falta de comunicação é fácil de observar, bastar ver o depoimento de D. Maria, que conta que passou três anos sem ver o marido e tinha poucas notícias do mesmo, pois seu marido quase nunca escrevia.

Seu Porto morou em um alojamento da DERCY até 1960. A partir desta data mandou buscar sua família no interior nas Minas Gerais, e D. Maria comenta qual foi a ação de seu marido para conseguir uma casa para alojar sua família. *“ele ganhou a casa e foi buscar agente. Depois que ele entrou na Novacap ele ganhou aquele lugar que fez a casa, que ele deram os trem tudo, né? Ai como a mãe dele morava no Núcleo Bandeirante ele trouxe ela prum alojamento. Era muito bom, eu gostei muito”*. Como já foi dito, seu Porto foi motorista da construtora DERCY, no entanto foi contratado pela Novacap. Trabalhando pela Novacap ganhou um lote para construir uma casa definitiva, pois a que morava com sua família tinha que ser destruída para a construção de um clube. Ao ganhar a casa, seu Porto também ganhou todo o material que serviria para a construção da mesma.

D. Maria Porto falou em muitos momentos sobre a construtora DERCY, no entanto esta construtora estava se apresentando como novidade, pois durante a pesquisa

bibliográfica a construtora não aparece nos escritos. Perguntada um pouco sobre a construtora D. Maria Porto disse: “*ele veio construir tudo, por exemplo a escola Parque da 304 Sul*”. D. Maria não sabia dizer quais eram as obras, com precisão, que a construtora estava engajada, sabia apenas de uma, pois seu marido carregava areia para a obra enquanto trabalhava de motorista para empresa.

Como foi dito, nenhuma das entrevistas chegaram a morar na Vila Amaury, ou mesmo, chegaram a conhecer alguma pessoa que morou na mesma Vila, no entanto o pouco que lembram já faz uma enorme diferença, pois a Vila Amaury ainda é desconhecida por muita gente e as lembranças que resgataram indicam que a Vila era uma comunidade muito grande e que acolheu gente de todos os lugares do Brasil com costumes e culturas das mais variadas. As lembranças das entrevistadas ainda ajudaram a pensar como era difícil a vida nos acampamentos, mas que além dos trabalhos pesados havia um forte vínculo de amizade dentro dos acampamentos e um respeito mútuo entre os moradores, que estavam sempre unidos contra a repressão e lutaram juntos até chegarem aos seus objetivos.

# CAPÍTULO 3

**Entrevista com as moradoras da Vila Amaury**



## Entrevista com as moradoras da Vila Amaury

No capítulo anterior as entrevistas foram feitas com pessoas que ouviram falar da Vila Amaury, no entanto, nunca moraram lá. Agora as entrevistas estão voltadas para pessoas que moraram na Vila Amaury. A entrevista com as moradoras da Vila Planalto foi de muita importância, pois somente a partir do contato com as entrevistadas foi possível conhecer as primeiras pessoas que foram ex-moradores da Vila Amaury. A metodologia empregada neste capítulo será mantida pelos mesmos motivos já apresentados no capítulo anterior. Tal como no último capítulo, serão abordados neste, assuntos que remetem ao cotidiano dos ex-moradores da Vila Amaury tais como, festa, amizade, violência, o papel de mulher dentro do acampamento entre outros assuntos que possam surgir à medida que as entrevistas forem transcritas. Em detrimento do trabalho com a memória pode ser que as entrevistas não tomem um sentido único, ou seja, pode acontecer que em determinado momento as entrevistadas possam estar falando de um assunto e acabem caindo em outro voltando posteriormente ao primeiro assunto, no entanto, se por ventura isso vier acontecer logo será enfatizado essa mudança. A entrevista a seguir foi concedida, e autorizada por D. Maria Julia e D. Nilza.

Perguntada como foi sua chegada em Brasília, e se foi direto para o acampamento Vila Amaury D. Maria Julia diz: *“eu vim pra casa de mãe, perto do Elefante Branco, um barraquim de madeira. Dali daquele barraquim de madeira é que foi transferida para a Vila Amaury”*. Perguntada por que ela ficou no Elefante Branco, D. Maria Julia responde: *“ali era situada as pessoas que vinha, pra cá pra Brasília. Porque que era isso? Eu não sei! Sei que minha mãe morava lá e eu cheguei no dia 6 de outubro de 58. Fiquei, também, pouco tempo ali, por que eu trabalhava fora. Quem tinha um barraquim ali naquele lugar dava o direito de ir pra Vila Amaury. Depois da Vila Amaury e que vinha pra Sobradinho definitivo”*. Como D. Maria Julia mesmo disse, chegou em Brasília em 1958 e foi para um alojamento nas proximidades das instalações de uma escola conhecida como Elefante Branco, na Asa Sul do Plano Piloto. D. Maria Julia não sabe explicar porque algumas pessoas quando chegavam à região onde estava sendo construída Brasília ia para esse alojamento, mas sabe dizer que quem tivesse posse de um barraco naquele alojamento tinha o direito de construir outro barraco nas instalações do acampamento Vila Amaury.

D. Nilza, outra entrevistada, interrompe D. Maria Julia dizendo: “*que ela chegou em Brasília antes da Vila Amaury*”. Com essa observação feita por D. Nilza remete a Holston, que faz uma delimitação cronológica do aparecimento da Vila Amaury por volta de 1959.<sup>35</sup>

D. Maria continua dizendo como foi sua vinda para o DF. “*Do Piauí nos fomos pro Goiás, em 53. Por água, barca. Pra chegar em Anápolis pra chegar nessa fazenda. Fazenda cafeeira Goiânia, na casa de Euclides e Sener, que eram meus padrinhos, moravam depois de Ceres. Viemos por intermédio deles. Mãe muitas... uma exímia costureira e a madrinha também eram muita amiga viemos ficar nessa fazenda*”. D. Maria Julia saiu com sua família do Piauí em 1953 em uma viagem longa e feita boa parte em lombos de jumentos outra parte de barca. D. Maria Julia e sua família, se instalaram em uma fazenda na qual seus padrinhos eram funcionários, e só por volta de 1958 migraram mais uma vez, só que agora, para onde estava sendo construída a nova capital Federal e vieram com objetivos de conseguir emprego para o irmão de D. Maria Julia, que era ajudante de pedreiro e para sua mãe que era costureira.

Voltando ao alojamento Elefante Branco, quando perguntada qual era o aspecto do acampamento, ou seja, qual era a aparência do alojamento, D. Maria Julia diz: “*quem vinha de fora era situada ali perto do Elefante Branco. Monte de barraquim, parecendo favela, mas não tinha essa bagunça de matança não*”. Mais uma vez D. Maria Julia reforça que aqueles que eram recém chegados em Brasília durante a construção da cidade eram alojados perto do Elefante Branco e ressalva que mesmo apresentando aspectos de favela, havia uma paz, ou seja, não havia violência.

Mais uma vez foi perguntado como foi à vinda de D. Maria Julia e sua família do Goiás para onde estava sendo construída a nova capital. D. Maria Julia responde: “*de lá nós viemos... a madrinha... acho que essa fazenda acabou. O Adam, que era dono da fazenda. Cafeeira, já é de café mesmo. Eram fluxo de gente que vinham lá pra trabalhar. Panhar café, trabalhador, roça e tal e o Adam Doria acabou coma fazenda lá! Professora Iolanda, que era a mulher dele, era diretora minha irmã ensinava... veio pra cá pra Sobradinho, que era esse cinema que tinha aqui, talvez você nem saiba se houve esse cinema aqui*”. D. Maria Julia se perde um pouco na fala e na cronologia, mas sempre que saía um pouco do objetivo logo retornava. Voltando ao motivo que veio para onde estava sendo construído Brasília D. Maria Julia respondeu: “*a fazenda acabou e ai vieram pra Brasília. E quem vinha pra qui... eu sei que fiquei em Ceres como estudante interna e vei ela minha, minha irmã, minha mãe*

---

<sup>35</sup> HOLSTON, James. *A Cidade Modernista: Uma Critica de Brasília e sua utopia*. São Paulo: Cia das Letras, 1993. p 263

*e meu irmão, minha irmã já casada, pros barraquim perto do Elefante Branco. Eu me lembro como era assim um pero do outro. E depois que eu esperei a formatura minha pra vim em busca de emprego em 58. 6 de outubro de 58”.* Observando o depoimento de D. Maria Julia, percebe-se que a vinda dela e de sua família estava ligada a fazenda de café, na qual seus familiares trabalhavam. Por motivos não revelados a fazenda fechou e muitos dos ex-funcionários tiveram que migrar para a região onde estava sendo construída Brasília. Mãe, irmã e irmão de D. Maria Julia vieram um pouco antes de D. Maria Julia, que ficou em Ceres estudando em um colégio interno, e só depois de sua formatura, D. Maria Julia veio para Brasília e pode ficar com sua mãe.

D. Maria Julia não sabe a data que a sua família veio para Brasília e no meio do depoimento D. Nilza interrompe a fala de D. Maria Julia e enfatiza que: *“ela deve ter chegado nos barraquim, lá do Elefante Branco, como ela tá falando ainda não existia a Vila Amaury. Ai como foi aumento dos pau de arara e todo mundo, e muita gente eles arrumaram esse lugar lá, povoando lá, né? Depois a Planalto, o acampamento da Planalto acho que Planalto era um firma, né? Ai a Vila Amaury por que era o administrador da Vila Amaury era o Amaury. O nome dele era Amaury”.* Ao interromper o depoimento de D. Maria Julia, D. Nilza faz algumas colocações de suma importância. A primeira já foi esboçada aqui, que é a questão do surgimento da Vila Amaury, ou seja, quando se iniciou o processo de povoamento da Vila, a segunda nos remete, mais uma vez, a Holston, ou seja, D. Nilza diz que a administração da Vila está a cargo de Amaury. Em Holston, Amaury de Almeida aparece como um ambicioso líder de um movimento em prol de moradias e administrador da Vila.<sup>36</sup>

Perguntado para D. Nilza como era a Vila Amaury de seu tempo ela diz: *“quando eu cheguei já tinha muito barraco, agora quando eu cheguei que olhei assim que o povo dizia assim: vamos pra Brasília pra ganhar dinheiro. Também vim num pau de arara que passei um mês do Piauí pra cá! Pau de arara! (risos). Só em Barreiras nós passamos onze dias, passamos um mês de Piauí pra cá, né? Pra Brasília. Ai chegamos na Cidade Livre, também era só barraquim, umas carreinhas de barracos tinha um lugarzim de tomar café, também nas pensão aqueles barraco de madeira. Ai vamo pegar... vamos lá pra Vila Amaury. Lá o pessoal dela já tava e lá eu tinha um primo que também já tinha um lote, quer dizer um barraco. Só que quando eu cheguei lá que eu pensei que tinha ao menos um lugar pra criar cabeça de gado, só tinha as tábuas infiado assim no meio ainda tinha capim no chão e*

---

<sup>36</sup> HOLSTON, James. Op. Cit. p 263

*faltando cobrir e ficava sabe aonde? Perto do Palácio da Alvorada*”. Assim como a de muitos, a viagem de D. Nilza para Brasília foi longa e cansativa. A viagem do Piauí até Brasília foi feita em um mês, pois ainda não havia estradas que ligassem o Piauí ao Distrito Federal. Ao chegar nas obras da nova capital, D. Nilza foi direto para a Cidade Livre, hoje Núcleo Bandeirante, e só por intermédio de um primo acabou por se instalar na Vila Amaury, no entanto, a primeira vista a Vila Amaury não foi bem aceita, mas D. Nilza não desistiu e construiu um barraco que morou até ser transferida para Sobradinho.

Perguntada sobre a extensão geográfica da Vila Amaury, D. Nilza responde: *“aquele mar de água tudo da descida. A parte de cima era ali já onde tem o que... a Vila Planalto mesmo, naquelas imediações mais sendo mais pra lá perto do Palácio*”. No capítulo anterior quando perguntado para as entrevistadas sobre a localização da Vila Amaury elas sabiam que a Vila Amaury tinha sido engolida pelas águas do lago e só guardam lembranças da parte da Vila que se confundia com a Vila Planalto. Agora com depoimento de D. Nilza pode-se perceber que a extensão da Vila Amaury era maior do que se imaginava e chagando às vezes se confundir com a Vila Planalto.

Quando perguntada a data de sua chegada e se a Vila Amaury já havia sido habitada, D. Nilza respondeu: *“eu já cheguei em 59, a Vila já tava formada, por isso eu digo que não tenho muita coisa pra acrescentar, por que eu achei que ela soubesse mais. Quando eu cheguei já foram eles que me receberam, por que agente era conterrânea e tudo, ai eu passei a fazer um custurinha com a irmã dela, na casa da mãe dela que tinha máquina. Então era pra ganhar tustãosinhos*”. Quando D. Nilza chegou à Vila Amaury, a mesma já era bem grande e já continha um número significativo de famílias, como foi dito, D. Nilza tinha um parente morando na Vila, mas sua recepção foi feita por D. Maria Julia. Um outro aspecto que merece ser ressaltado é um trabalho comum exercidos pelas mulheres nos acampamentos. No capítulo anterior D. Maria Porto e algumas amigas tinham como ocupação o trabalho com a costura. D. Maria Porto passou boa parte de seu tempo trabalhando com a costura e com o dinheiro ganho ajudava seu marido nas despesas domésticas.

Assim como D. Maria Porto e a mãe de D. Maria Julia, D. Nilza trabalhava com a costura. Na maioria dos casos, as peças costuradas eram vendidas para as esposas dos engenheiros, pois estas tinham uma condição razoavelmente melhor do que os restantes dos operários. Mas isso não significa que a costura feita por essas mulheres não fossem vendida para os operários dentro do alojamento, essas costumam eram sim vendidas dentro dos

alojamentos, mas o alvo dessas costureiras eram mesmo as mulheres dos engenheiros, por motivos aqui já apresentados.

D. Nilza disse que saiu da Cidade Livre e foi direto para a Vila Amaury, quando perguntada como era as instalações da casa que ele foi a respostada dada foi: *“era só um circulado de madeira sem cobrir sem nada, pensei meu Deus! Onde vim amarra? Isso aqui é Brasília, senhor? Com essas casa parecendo puleiro de galinha! Lá em casa, lá em casa aquilo puleiro de galinha. Por que era uns barraquim bem pequeno cuberto de saco de cimento. Quando vinha uma chuva, que as chuvas era braba você só via telha vuar lá pro meio da rua”*. Pode-se perceber que as casas, taxadas de barracos era composto de uma estrutura muito frágil, ou seja, as casas dos moradores da Vila Amaury era muito simples e não tinham luxo nenhum. Como D, Nilza falou as casa eram cobertas com sacos de cimento a chuva era um tormento na vida, pois além de destruir o telhado ainda fazia dispersar o que sobrava.

Visto que as condições de vida eram precárias dentro do acampamento D. Nilza enfatiza que coisas simples como panelas era luxo que ela não dispunha, vejamos: *“qual era as nossas panelas? Era latas de gordura de coqueiro, né? Aquelas latas de gordura que os meninos pegavam nos alojamentos, sabe? Outras vezes quando agente comprava mesmo... ai aquelas que ficavam vazia, latinhas de marmelada aquilo que eram os utensílios da gente”*. A condição de vida de D. Nilza era precária e quando perguntada se essa condição que ela se encontrou foi decorrência da mudança para a Vila Amaury ou já era herança do seu antigo estado, D Nilza disse: *“vim sem nada, por que não tinha condição. A gente não tinha... o dinheiro que tinha era só o da passagem pensava que era uma coisa e era outra, como nesse dia que eu cheguei pensei, meu Deus eu vim ficar foi aqui? Num lugar que não tinha o lugar de enfiar a cabeça”*. D. Nilza veio para Brasília embasada na mesma ideologia que muito tinha na época, que poderiam melhorar de vida rápido em Brasília, no entanto a situação que ela enfrentou com sua família não foi das melhores, pois não tinha um lugar digno de morar e sua casa era muito humilde e o dinheiro que seu marido ganhava era apenas o suficiente para não passar fome, mas como já foi dito D. Nilza trabalhou com costura para ajudar nas despesas da família.

Além de costurar, D. Nilza, fazia outros serviços para ajudar seu marido nas despesas da casa e como ela mesmo conta: *“lavei roupa pra pião, sabe aonde? Dentro daquele lago ali! Por que eles mandaram desmatar lá do Palácio pra cá até cá no córrego. Era um córrego igual esse aqui de sobradinho. Então eles mandaram desmatar você ainda via toco de pau assim dessa altura, lá dentro estirado ai você olhava era tudo limpo e era de*

*descida, era um córrego mesmo. O que agente fazia pra ganhar dinheiro, agente lavava as roupas dos pião nesse córrego, mas abrindo cacimba".* Visto então, que D. Nilza e muitas outras mulheres procuravam meios de ajudar seus maridos, lavando, costurando, mas sempre se ocupavam de algo para ajudar nas despesas.

Em um momento de descontração as entrevistadas falaram sobre um parque. Foi pedido para elas falarem um pouco mais sobre esse parque. D. Nilza falou: *"um parque donde passavam umas músicas... só com músicas e essas coisinhas, aquele movimento nem sei explicar. Do jeito desses que vem de fora, hoje"*. Quando D. Nilza fala de um parque dentro do Acampamento Vila Amaury ela faz remeter o pensamento a idéia que os operários só tinham uma única ocupação, o trabalho. Em observância disso pode-se quebrar essa idéia de que os operários só trabalhavam, de fato nem todos iam passar seus dias de folga em um parque, mas, muitos que já tinham trazido suas famílias iam se livrar do estresse com os filhos nos arredores do parque.

Perguntada qual era a ocupação de D. Maria Julia quando chegou em Brasília ela respondeu: *"eu ia ser babá, eu falei eu vou ajudar a mãe nem que seja... diz que tem uma mulher precisando de uma mulher que soubesse fazer mingau. Eu sabia que eu vinha da escola eu fiz um curso de auxiliar de enfermagem. Eu digo, mãe? Eu vou fazer mingau pra esses três meninos, ela disse vai não minha filha arruma outro emprego melhor, você já estudou um pouquinho. Eu disse eu vou mãe. E quando o amanhã que eu ai eu recebi um bilhete hoje. A escola era famosa de mais pra entrar amanhã também lá. Eu escrevi um bilhete pra mulher mãe desses três meninos dizendo que eu tinha sido chamada em outro emprego. Ai fui trabalhar no hospital Juscelino Kubitscheck de oliveira.* A vida de D. Maria Julia também não foi idílica, no entanto por ter estudado e ter algumas noções de enfermagem, logo lhe rendeu um emprego de auxiliar de enfermagem no HJKO.

Em trecho da entrevista D. Maria Julia disse que os moradores saíram do acampamento Elefante Branco e foram direto para a Vila Amaury, perguntada como era feita essa ação, D. Maria Julia disse: *"era quem tinha um barraquim ali que tem... largou sua terra natal pra vim pra Brasília, pra aventurar a sorte atrás de emprego de verdade, que agente trabalhava! Nós trabalhava em qualquer emprego, qualquer tipo de serviço. Veja que eu ia fazer mingau, que eu sabia faze mingau de leite ao meio, sabia fazer injeção, sabia trabalho de enfermagem, por aquilo que eu vinha 1 ano e seis mês de... fiquei mais um mês lá. Pra ir faze mingau, mas no outro dia fui chamada pra esse hospital. Esta mudança do Elefante Branco pra Vila Amaury... quem morava ali, largou sua terra natal tinha o direito de ir pra esta Vila Amaury"*. Pelo o que falou D. Maria Julia algumas pessoas que

iam chegando para trabalhar na construção de Brasília aim sendo instaladas nas mediações do Elefante Branco e posteriormente eram transferidas para a Vila Amaury, mas para que essa transferência fosse realizada o morador do alojamento Elefante Branco tinha fixar um barraco nas imediações e só assim poderia muda-ser para a Vila Amaury.

Ao analisar os dois depoimentos, a partir da chegada das duas entrevistadas, pode-se inferir que quando D. Maria Julia chegou, em Brasília, ainda não havia um espaço determinando e bem definido para abrigar algumas pessoas recém regadas e que ainda não haviam sido empregadas. Sendo assim essas pessoas eram alojadas no Elefante Branco e posteriormente eram remanejadas para outro acampamento, ou eram mandadas para um novo loteamento fundado por Amaury de Almeida, que junto a comunidade que carregava seu nome era visto como o representante daquele lugar. D. Nilza tendo chegado à Brasília, em um curto espaço de tempo depois de D. Maria Julia, já foi direto para a Vila Amaury, pois a autoridades da época perceberam que as pessoas que estavam no Elefante Branco não poderiam permanecer naquele local, pois a região estava destinada a outro projeto urbanístico. Sendo assim D. Nilza ao chegar em Brasília foi direto onde estava sendo feito o loteamento, que ficou conhecido como Vila Amaury. Quando D. Nilza chegou o loteamento já havia terminado, no entanto, por ela estar casada e esperando um filho, os moradores ajudaram-na a construir um barraco entre o espaço de dois outros barracos.

Como já foi dito, D. Nilza não tinha muitas condições de construir uma casa e só construiu com a ajuda dos vizinhos. Como ela mesmo conta: *“um amigo nosso trabalhava em firma, então à noite ele mandou levar um caminhão de madeira pra mim, foi o Joaquim, Joaquim Araújo. Ai à noite a lua tão clara quando chegou aquele caminhão com um monte de madeira, pra construir minha casa, meu barraco”*. Pode-se perceber que há um vínculo muito forte de amizade entre os moradores, tal como foi mostrado no capítulo anterior na Vila Planalto.

D Nilza disse anteriormente, que o loteamento da Vila Amaury já havia sido feito por completo, sendo assim é notório perceber que não havia mais possibilidades de aceitar outras famílias no local, mas D. Nilza chegou e fez seu barraco, e gerou receio por parte dela e de seu marido, pois havia uma fiscalização para conter a chegada de novas famílias. O barraco de D. Nilza só pode ser construído pela as astúcias de seus amigos que burlavam a fiscalização construindo o barraco de D. Nilza na madrugada quando os fiscais estão fora do serviço em seu momento de descanso.

D. Nilza fez um comentário de muita importância, vejamos: *“nesse dia nós saímos de lá da Vila Amaury de pé pra ir assistir a posse de... mudança da Capital, em 60. Fui com*

*meu meninim no braço já com seis mês.* Esse comentário que D. Nilza faz remeter ao que foi escrito por Holston, que diz : “O Governo pretendia que, por volta do dia da inauguração de Brasília, tudo que tivesse restado da destruição dos tratores ficasse de baixo d’água”.<sup>37</sup> Inferi-se das palavras de Holston que a Vila Amaury seria destruída com a inauguração de Brasília, no entanto para que a destruição fosse concretizada seria necessário que a Vila fosse desabitada e posteriormente destruída. De fato isso não aconteceu de início, pois como D. Nilza disse, ela como moradora da Vila Amaury foi para a inauguração de Brasília. O que aconteceu com a Vila Amaury foi que a parte mais próxima do córrego foi alagada e os moradores que estavam naquele local tiveram que remanejar seus barracos para outro lugar. Esse lugar que escolhido pelos o moradores não oferecia muito conforto, pois ainda era as margens do Lago Paranoá. Em resumo aqueles moradores que tiveram que sair do local que estavam seus barracos só se afastaram um pouco de onde as estavam, mas permaneceram na região até que foram retirados de vez da Vila, para que a mesma desse lugar ao Lago Paranoá.

No levantamento bibliográfico, feito, não havia nenhuma referência a violência dentro dos acampamentos, a única referência de violência encontrada estava ligada diretamente a chacina promovida pela GEB.<sup>38</sup> Quando foi perguntada a respeito da violência dentro da Vila Amaury, se havia um alto índice de assassinato, D. Nilza responde: “*As coisas assassinatos, essas coisa tinha, lá mesmo pro lado do parque. Ali deu meia noite ninguém mais ficava mais, né?! De meia noite em diante. Todo dia as vezes quando amanhecia o dia tinha uma novidade. Agora o pessoal não confiava mito na policia muito não.* Perceber que a violência era constante dentro do acampamento e mesmo sendo um lugar onde boa parte dos moradores se conheciam, havia lugares onde que tinham que ser evitados a noite, pois não era seguro para os moradores ficarem. Perguntada se a policia não fazia um patrulhamento nos acampamentos, D. Nilza responde: “*o pessoal não confiava muito na polícia, não. Tinha tido uma matança num alojamento, contavam muito, né?*” Observa-se que já havia um sistema de patrulhamento nos acampamentos, mas esse patrulhamento assustava os moradores por causa da chacina promovida pela GEB, relatada no primeiro capítulo. Sendo assim os moradores se sentiam coibidos e amedrontados com a presença do patrulhamento e era preferível que este patrulhamento ficasse afastado do acampamento.

---

<sup>37</sup> HOLSTON, James. Op. Cit. p 264

<sup>38</sup> Ver, SOUSA, Nair. H.B. de. *Construtores de Brasília. Petrópolis, Vozes 1983. p 36*



D. Maria Julia relatou que a violência não era só sentida quando a noite chegava era sentida também durante o dia e conta uma história de quando estava indo para o seu trabalho, *“um homem tocou a campainha do ônibus, não tinha ponta de ônibus. Não tinha meia passagem era cinco cruzeiro, e nesse dia um puxou a capainha do ônibus e o motorista não parou, ele tirou a peixeira e cortou a corda que agente puxa pra tocar a campainha do ônibus e foi na frente e enfiou a mesma peixeira na barriga do motorista e já quando a gente viu o povo lá pra com uma lata de 18 litros aparar as tripas do homem já pra entrar pro centro cirúrgico. Aqui tinha coisa ruim sim, só não tinha ninguém que dissesse. Como foi dito a violência na Vila Amaury não tinha hora para acontecer, e chegava ao ponto de alguns ficarem com inveja de outro por que o possuía um emprego melhor ou dentro dos barracos tinham móveis, essa inveja acabava em brigas e posteriormente em mortes. Também era comum as brigas em bares, muitas vezes por motivos banais.*

D. Maria Julia chegou em Brasília com 19 anos de idade e foi trabalhar como auxiliar de enfermagem no HJKO, e conta um pouco de como era o dia a dia dentro do hospital *“eu ficava dia e noite no hospital, uma auxiliar só cuidava de cinquenta doentes. Era no chão estendido assim, chegava caminhão com cinquenta acidentados. Quem fazia transfusão de sangue era eu, não tinha banco de sangue, não! Quando se ler a história de Brasília, são apresentados os fatos do grande feito, fazer surgir do meio do cerrado brasileiro uma cidade moderna, uma cidade que possui monumentos em mármore, ou seja, aqueles que escreveram as primeiras histórias de Brasília eram homens ligado a JK, então escreviam história onde JK era representado como uma figura exemplar. No entanto esse escritores, por motivos não conhecidos, não escreviam as história dos moradores dentro dos acampamentos, tão pouco escreviam sobre a violência, e sobre o cotidiano dos operários, muito menos desse fatos que tanto D. Maria Julia quanto D. Nilza contaram. Talvez isso pode ser explicado pelo fato de não querer manchar a grandiosa história de Brasília, que tem que sempre parecer idílica e encantadora.*

D. Nilza comenta que havia violência dentro das construtoras, que pelas péssimas condições de trabalhos violentavam os homens que lá trabalhavam, ainda disse que seu marido chegava contando histórias de jagunços que vigiavam os trabalhadores e que muitos desses operários morriam durante o trabalho, vejamos: *“eu sei que ali na esplanada, naquele prédio do 28, meu marido trabalhou lá uns 3 dias mais outro rapaz. Só que todo dia caía um, só via dizer assim: morreu um lá no 28! Ai eu dizia assim: pelo o amor de Deus num vai mais pra essa firma. É tanto que ele tirou outro carteira e nem deu baixa.*

*Trabalhou só 3 dias, por que tudo dia morria um*". O que D. Nilza falou não é mais novidade para muitas pessoas, pois sabe-se hoje que as construtoras não oferecia nenhuma segurança para seus trabalhadores. Muitos desses operários eram obrigados a trabalhar os dia e noite, como eles mesmo falava, "viradas", e a noite com uma iluminação precária era comum alguns dos trabalhadores caírem das estruturas montadas para o deslocamento.

Essas histórias de mortes de acidentes também não aparecem nos primeiros escritos sobre Brasília, talvez seja por que possam manchar toda a beleza da cidade ou talvez não interessassem aos escritos, que estavam mais interessados, como já foi dito, em elogiar o feito do Presidente.

Perguntada se seu marido tinha uma profissão definida ou tinha uma proposta de trabalho quando resolveram se mudar para Brasília, D. Nilza responde: "*chegou aqui nunca tinha batido um prego, nem nada. Tirou a carteira de carpinteiro e foi trabalhar nesses lugar ai. Trabalhava um dia num lugar, outro dia em outro, depois trabalhou também de auxiliar de eletricista justamente nessa empresa que eu não lembro o nome. Sei que ele trabalhava a noite*". Sem ter uma profissão definida o marido de D. Nilza, seu Chilon, teve vários empregos e também trabalhou em diversos lugares.

Antes de tratar sobre a transferência dos moradores da Vila Amaury, foi perguntado para D. Nilza sobre uma parte da Vila que tinha um loteamento, ou seja, já havia um loteamento pronto quando ela foi para a Vila, então D. Nilza comenta o sentido que tinha este loteamento: "*foi assim, eles já tinham dado os lotes que tinham que dar. É como se o terreno já tivesse sido distribuído, praquela quantidade X. quando eu cheguei... já não tinha lote pra eles me darem, mas os vizinhos do lado e do outro, disse você pode aproveitar esse pedaço aqui e fazer seu barraquim, por que não ia interessar a terra do lado e do outro, pois tudo ia mudar mesmo*". Pode-se inferir que o administrador da Vila Amaury tinha uma pretensão de limitar o número de moradores na Vila, por motivos desconhecidos. Outro fato que merece destaque na fala de D. Nilza é a afirmação feita por ela que os moradores sabiam que seriam transferidos da Vila Amaury, pois a Novacap se recusava a expedir quaisquer títulos de posse ou dar qualquer assistência ou recursos aos seus habitantes e como já foi dito, o espaço ocupado pela Vila já havia sido destinado para ser parte do Lago Paranoá. Os moradores sabiam que a transferência seria feita mais precisariam de uma mobilização total dos moradores. Esses moradores se mobilizaram, sobre a liderança de Amaury de Almeida, que convocou uma assembléia de cerca de duzentos moradores para criar uma Associação Beneficente da Vila Amaury.

Perguntada se havia uma hierarquia na distribuição dos lotes, D. Nilza respondeu: *“era pro pessoal que ia chegando, as família que vinham chegando. Por que vinha pau de arara, pau de arara cheio de família. Eles não tinham onde botar e arrumaram esse lugar provisório, que no futuro ia ser o lago”*. Mais uma vez se confirma, pelo depoimento, que as pessoas que iam chegando na Vila Amaury já estavam cientes que aqueles barracos eram provisórios e que em um futuro próximo aquela região seria desabitada e transformada em um Lago.

Mas os moradores sabiam que quem tinha um lote na Vila Amaury teria direito a um lote definitivo com estrutura em Sobradinho ou Taguatinga. E essa transferência estava à segurada pela um documento emitido em 27 de outubro de 1959 com o nome de Plano da Transferência da População da Vila Amaury para as Cidades Satélites, ou Comissão de Transferência dos Moradores da Vila Amaury, emitida para o Doutor Ernesto Silva, Diretor da Novacap.

Neste documento estão expostas as preocupações com a proliferação de pequenas favelas em toda a área da Nova Capital e a solução de emergência encontrada para resolver o problema foi a inundação da área pelas as águas do Lago e a transferência dessas famílias para as Cidades de Sobradinho e Taguatinga.

Ainda outras providências foram sugeridas e solicitadas, visando principalmente a urbanização das áreas das Cidades Satélites a serem utilizadas, a fim de que não se repetissem as dificuldades observadas na ocupação de Taguatinga.

A efetivação desses procedimentos ficou a cargo das repartições competentes da Novacap, que conheciam os prazos previstos para o fechamento da barragem e inundação da área da Vila Amaury e, assim para a transferência de sua população.

O documento apresenta ainda um relatório que tinha em vista as observações feitas e as sugestões recebidas dos diferentes setores interessados no problema na transferência para as cidades indicadas. O documento aponta que a Vila Amaury tinha aproximadamente 4.000 mil famílias entre as quais seriam enviadas para Taguatinga. No entanto Taguatinga já comportava muitas famílias que já haviam sido transferidas de outros acampamentos e ficaria enxada populacionalmente se recebesse todos os moradores da Vila Amaury. A solução encontrada pelas autoridades foi criar uma segunda cidade satélite que receberia o nome de Sobradinho. Então Sobradinho nasce para receber os moradores da Vila Amaury e de outros acampamentos, tais como: Bananal, Vila Sara Kubitschek, Vila Planalto entre outros.

O documento ainda trás:

- O número de lotes disponíveis em Taguatinga, destinados aos deslocados, é de cerca de 400.

- O número de lote de Sobradinho totaliza 3.700, não estando ainda fixado quando serão ocupados pelas famílias da Vila Amaury.

O documento previa como foi dito a urbanização das cidades e sugere uma série de obras que precisam ser feitas, exemplo:

- Instalação de água na via pública, com capacidade para fornecer as residências, casas, as moradias, repartições etc.

- Em caráter provisório, deveram ser colocados chafarizes nas ruas, de cem em cem metros;

- Instalação de gerador de energia elétrica;

- Construção de fossas coletivas, tipo sumidoura na proporção de uma para cada vinte residências;

- Escoadouro para as águas pluviais, na via pública;

- Exames médicos;

- Abrougrafia e vacinação dos deslocados;

Somente quanto a Sobradinho:

- Instalações de postos de saúde, em condições de realizar os serviços acima e ainda provido, pronto socorro, isolamento, serviços de reidratação, lactario e ambulância;

- Instalação d posto policial;

- Brigada de bombeiro voluntário;

- Construção de local comum à prática dos diversos cultos;

- Construção de capela funerária;

- Construção de um mercado;

Esse documento além de determinar vários aspectos que a nova cidade deveria ter, ainda fornece um questionário que foi feito aos moradores da Vila Amaury. Neste questionário encontram-se informações sobre a os moradores da Vila Amaury, tais como: o nome do responsável pela família, endereço, profissão, empresa que trabalha, número de carteira profissional, constituição da família, discriminando nomes, idades, parentesco. Há quanto tempo trabalha em Brasília e mora na Vila Amaury, de quem recebeu informações para se instalar etc.

O documento pretendia estabelecer o calendário para a transferência, no qual especificará detalhadamente: dia, hora, local, responsável pelo transporte, material a ser transportado etc. O documento estabelecia que em cada lote só poderia ser construída uma

casa e que o material para a construção seriam recolhido das obras, resultantes do desmonte dos barracos da Vila Amaury, adquiridos pela Novacap e doações. Todo o material seria transportado pelos os caminhões da Novacap, das companhias, das Forças Armadas, dos Institutos etc. Nenhum material devia ser retirado das obras sem a autorização da comissão.

O documento ainda fazia referência aos homens solteiros que moravam na Vila Amaury, se por ventura esse homens quisessem se transferir para os alojamentos de Sobradinho ou Taguatinga deveria inscrevesse e ter o caso estudado.

Esse documento aqui apresentado foi encontrado nos arquivos do DEPHA (Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico do DF) e pela pesquisa feita sobre ele, não foi constatado o seu uso em outro trabalho acadêmico, ou seja, esse documento pode ser tratado como uma fonte primária deste trabalho.

Quando foi perguntado para as entrevistadas se elas chegaram ouvir falar desse documento, ou seja, dessa Comissão de Transferência dos Moradores da Vila Amaury, as respostas foram iguais tanto de D. Nilza quanto a de D. Maria Julia, não. No entanto, pelos os depoimentos pode-se inferir que os moradores não ouviram falar deste documento, mas a ação da Novacap foi sentida, exemplos: como previa o documento, haveria um caminhão para realizar as mudanças. D. Nilza disse que fez sua mudança em um caminhão cedido pela Novacap e o material que usou para a construção de sua casa foi doação das sobras de uma construtora, como também previa o documento. Sendo assim, sem que os moradores percebessem as condições estabelecidas pela Comissão de Transferência dos Moradores da Vila Amaury era posta em prática e o governo conseguia atingir sua meta, inundar a região onde estava o acampamento e deslocar os moradores da Vila para longe da Nova Sede do Poder.

CONSIDERAÇÕES

FINAIS

## **RESULTADOS E CONCLUSÕES**

É notório o interesse pelas questões que envolvem a história de Brasília. A sistematização das referências bibliográficas existentes sobre sua história tornou possível verificar a vasta produção historiográfica sobre a cidade.

Entretanto, a pesquisa bibliográfica revelou ainda que existem muitas controvérsias em torno da história de Brasília. Por um lado, temos a historiografia oficial, narrando Brasília como um marco na história do Brasil; atribuindo a essa história um feito inimaginável para a época; ou ainda reconhecendo a construção da cidade apenas com uma realização de grandes homens que trabalharam para que a Nova Capital pudesse ser erguida. Ela deixa de lado a história dos operários, construtores de Brasília.

Essa abordagem historiográfica se explica considerando que muito do que foi escrito sobre Brasília é parte da memória de antigos funcionários do governo ou simpatizantes de JK. Seria ilógico pensar que ex-membros do governo, como Ernesto Silva, por exemplo, escreveria algo que pudesse manchar a figura de JK e de Brasília.

Por outro lado, existem hoje novas correntes historiográficas que buscam resgatar uma história que parecia estar perdida. Essas correntes têm seu foco de pesquisa voltado para as “pequenas histórias”, ou seja, preocupa-se com o cotidiano dos operários, com a vida nos acampamentos pioneiros. Atendem às pesquisas que visam suprir lacunas ainda existentes sobre a história de Brasília, representando a possibilidade de contribuir com esse campo de conhecimento.

Este trabalho sobre a Vila Amaury tem a intenção de contribuir com a revisão de aspectos que marcam a historiografia sobre Brasília. A história de Brasília é reconhecida pelos pesquisadores como um campo histórico que ainda apresenta muitas lacunas. A vida dos acampamentos pioneiros; a trajetória de luta pela moradia; estratégias e táticas utilizadas pelos moradores em cada localidade permitem verificar a diversidade de manifestações dos pioneiros/candangos pela luta em torno da moradia nos primeiros anos da construção da Capital.

O trabalho revelou, além da questão da moradia como um direito dos pioneiros/candangos que participaram da construção, outros temas que contribuem com a historiografia de Brasília, abordando relações sócio-culturais construídas por moradores na época da construção. No caso específico da Vila Amaury, os relatos revelam as condições de moradia que eram oferecidas a esses trabalhadores, como essas condições foram sendo dribladas pelos moradores, manifestações culturais (festas, tradições) que caracterizaram a vida em um acampamento operário de caráter “temporário”, ou ainda os conflitos que surgiram/permaneceram com a transferência dos moradores para outros locais de moradia como Sobradinho, Taguatinga e Gama.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política*. Vol.1, São Paulo: Brasiliense, 1987.
- BICCA, Paulo. *Brasília: mitos e realidades*. IN: PAVIANI, Aldo. (org.) *Brasília, ideologia e realidade*. Espaço urbano em questão. São Paulo: Projeto, 1985.
- BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Queroz, 1979.
- COUTO, Ronaldo Costa. *Brasília Kubitschek de Oliveira*. São Paulo: Record, 2002.
- Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico do DF-DEPHA/SC/GDF. *A construção da cidade*. Brasília, 1998.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. “*Trajetória do Patrimônio no Brasil*”, Revista do Patrimônio: Cidadania, SP, 1996.
- GUERRA, Jacinto. *JK um comício em Goiás*. Thesaurus Editora, 2005.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.
- HOLSTON, James. *A cidade modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia*. São Paulo: Cia das Letras, 1993.
- KUBITSCHECK, Juscelino. *A Escalada Política*. Edições Bloch, Rio de Janeiro 1976.
- LE GOFF, Jacques. *A História Nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1990.
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. São Paulo: UNICAMP, 1990.
- MACHADO, Paulo Afonso L. Machado. *Tombamento: instrumento jurídico de proteção do patrimônio natural e cultural*. Texto mimeografado. s.d.
- MAGALHÃES, Nancy A. “A percepção do rural e do urbano na construção da memória social das cidades”. In: *A Construção da cidade. Brasília*: Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico do DF, 1998.
- MAGALHÃES, Nancy A. e SINOTI, Marta L. *Memórias e direitos: moradas e abrigos em Brasília*. Brasília: NECOIM/UnB, 2001.
- MAGALHÃES, Nancy; NUNES, José Walter; e PAIVA-CHAVES, Teresa. *Memória e história: diálogo entre saberes*. Revista Participação, no. 02, Brasília: Decanato de Extensão/UnB, 1997.

- MATTOS, Olgária. “Memória e história em Walter Benjamin”. In: *O direito à memória*. Departamento do Patrimônio Histórico/Secretaria Municipal de Cultura, São Paulo: DPH, 1992.
- MONTENEGRO, Antonio Torres. *História oral: a cultura popular revisitada*. São Paulo: Contexto, 1992.
- NUNES, José Walter. *Patrimônios subterrâneos em Brasília*. São Paulo: Annablume, 2005.
- PAVIANI, Aldo (org). *Brasília, ideologia e realidade*. Espaço urbano em questão. São Paulo: Projeto, 1985.
- PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres, prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- PINTO, Maria Novais (org). *Cerrado: caracterização, ocupação e perspectivas, Brasília: UnB/SEMATEC*, 1994.
- SARAIVA, Regina Coelly e PAIVA-CHAVES, Teresa. “A experiência de descobrir a memória”. In: *Cadernos do CEAM: Tramas, espelhos e poderes na memória*. no. 02, Brasília: CEAM/NECOIM/UnB, 2000.
- SILVA, Ernesto. *História de Brasília: um sonho, uma esperança, uma realidade*. 3ª ed. Brasília: Linha Gráfica Editora, 1997.
- SILVA, Marcos. *História: o prazer em ensino e pesquisa*. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- SOUSA, Nair H.B. *Construtores de Brasília*. Estudo de operários e sua participação política. Petrópolis: Vozes, 1983.
- SOUSA, Otavio Tarquínio. *História dos Fundadores do Império do Brasil*. Ed. José Olympio Editora.
- SODRÉ, N.W. *Oscar Niemeyer por Nelson Werneck Sodré*. Rio de Janeiro. Graal, 1978.
- THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- VASCONCELOS, Adirson. *A mudança da Capital*. 1ª ed. Brasília. Senado Federal 1978.
- VESENTINI, José W. *A Capital da Geopolítica*. São Paulo, Editora Ática. 1996
- ZARUR, Sandra Beatriz Barbosa de C. *A sobrevivência da Vila Planalto: de acampamento pioneiro a bairro histórico de Brasília*. Dissertação de Mestrado em Planejamento Urbano. UnB, 1991.